

**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO DO SÃO
FRANCISCO – FASF**

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDRÉIA SOARES MARTINS

**ANÁLISE FINANCEIRA DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS: um estudo de caso
realizado em três postos de combustíveis localizados na Região do Centro-Oeste de
Minas Gerais**

LUZ-MG

2019

ANDRÉIA SOARES MARTINS

**ANÁLISE FINANCEIRA DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS: um estudo de caso
realizado em três postos de combustíveis localizados na Região do Centro-Oeste de
Minas Gerais**

**Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras do Alto São Francisco - FASF,
como quesito parcial para obtenção do título de
bacharel em Ciências Contábeis.**

Área de concentração: Análise Financeira

Orientador: Nathan Carvalho Alves

LUZ-MG

2019

Catálogo: Antônio Jorge Resende Júnior / Biblio. Crb 6/204

Martins, Andréia Soares

M334a Análise financeira dos demonstrativos contábeis: um estudo de caso realizado em três postos de combustíveis localizados na Região do Centro-Oeste de Minas Gerais. Andréia Soares Martins. Luz – MG: FASF -- 2019.

105 f.

Orientador: Prof^o. Esp. Nathan Alves Carvalho
Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco no Curso de Contabilidade.

1. Demonstrações financeiras. 2. Indicadores econômico financeiro.
3. Posto de combustível. I. Título.

CDD 657

ANDRÉIA SOARES MARTINS

**ANÁLISE FINANCEIRA DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS: um estudo de caso
realizado em três postos de combustíveis localizados na Região do Centro-Oeste de
Minas Gerais**

**Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras do Alto São Francisco - FASF,
como quesito parcial para obtenção do título de
bacharel em Ciências Contábeis.**

Área de concentração: Análise Financeira

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Esp. Nathan Carvalho Alves

Prof. Esp. Lindomar Ribeiro dos Santos

Esp. Aline Xavier Silva

Luz, 8 de novembro de 2019

Dedico esse trabalho a Deus, o autor do meu destino, companheiro de todos os momentos. Foi ele com sua imensa bondade e misericórdia que alimentou minha alma com calma e esperança durante toda essa jornada. E aos meus pais (Maria e Léo), pilares da minha formação como ser humano. Sem eles nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me proporcionar esse momento de realização acadêmica, e por ter me mantido no caminho certo durante essa jornada.

Agradeço imensamente aos meus pais Maria e Léo, que não mediram esforços para a concretização desse sonho, e por sempre me incentivarem e acreditarem que eu seria capaz de superar os obstáculos que a vida me apresentou.

Agradeço aos meus irmãos Aline, Bento e Josefa pelo amor incondicional, cuidado e atenção dedicados a mim quando sempre precisei. E ao meu irmão Antônio (In memoriam) que tanto amo.

Agradeço ao meu namorado Rafael, pela amizade, apoio e incentivo que serviram de alicerce para as minhas realizações.

Agradeço aos meus professores orientadores Eliezer Carneiro de Oliveira e Nathan Carvalho Alves, pela dedicação, paciência, e pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo na realização desse trabalho. E a todos os professores que tive o privilégio de conviver durante esses 4 anos de graduação. Saibam que vocês contribuíram muito para meu crescimento acadêmico, profissional, mas principalmente crescimento pessoal.

Agradeço a minha coordenadora de curso Maria Helena, pelo incentivo constante na busca do conhecimento e pelas dicas valiosas, e a todos os colaboradores da FASF que sempre me trataram com muito carinho e respeito.

Agradeço aos meus amigos pela amizade, e por entenderem minha ausência. E aos amigos de graduação fica meu muito obrigada pelas trocas de ideias e ajuda mútua. Juntos conseguimos avançar e ultrapassar todos os obstáculos.

Agradeço aos meus colegas de trabalho que sempre torceram e acreditaram em mim.

Por fim, agradeço a todos que direto ou indiretamente contribuíram para realização desse sonho!!!

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis”

(José de Alencar)

RESUMO

O presente estudo aborda o tema análise financeira das demonstrações contábeis, como uma ferramenta que permite aos usuários interno ou externo extrair informações úteis e fidedignas que os auxiliem na tomada de decisão. Teve como objetivo analisar a situação econômico-financeira de três postos de Combustíveis localizados na Região do Centro-Oeste de Minas Gerais, referentes aos anos de 2016 a 2018. Para fundamentar este estudo foi realizado levantamento bibliográfico a respeito dos temas tratados e foram coletados dados dos postos de combustíveis para a realização dos cálculos das análises horizontal, vertical, e análises dos indicadores econômico-financeiros. O resultado deste estudo aponta que as análises apresentam que a unidade de melhor situação de liquidez e estrutura de capital é o Posto 2, enquanto a unidade de melhor rentabilidade é o Posto 1. O Posto 3 é caracterizado por baixos índices de liquidez e elevados índices de endividamento e imobilização. Concluiu-se que a análise das demonstrações contábeis se mostra importante para a gestão das empresas, pois permite conhecer o desempenho empresarial e melhorar seus resultados em períodos futuros, tornando-se uma ferramenta de gerenciamento do negócio para a tomada de decisões.

PALAVRAS-CHAVE: Demonstrações Financeiras. Indicadores Econômico-financeiros. Posto de Combustível.

ABSTRACT

The present study addresses the financial analysis of financial statements as a tool that allows internal or external users to extract useful and reliable information to assist them in decision making. The objective of this study was to analyze the economic and financial situation of three gas stations located in the Midwest region of Minas Gerais, from 2016 to 2018. To support this study, a bibliographic survey was conducted on the topics addressed and data were collected. gas stations to perform the calculations of horizontal, vertical and economic-financial indicators. The result of this study indicates that the analyzes show that the best liquidity unit and capital structure is Posto 2, while the best profitability unit is Posto. Posto 3 is characterized by low liquidity ratios and high ratios. indebtedness and fixed assets. It was concluded that the analysis of financial statements is important for the management of companies, as it allows to know the business performance and improve its results in future periods, becoming a business management tool for decision making.

KEYWORDS: Financial Statements. Economic and financial indicators. Fuel station.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo das informações contábeis.....	23
Figura 2 - Princípios contábeis.....	24
Figura 3 - Divisão do ativo.....	27
Figura 4 - Subdivisão do ativo não circulante.....	28
Figura 5 - Divisão do passivo.....	29
Figura 6 – Informações das notas explicativas.....	39
Figura 7 - Tratamento de dados.....	54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Bibliometria Palavra Chave “Análise Financeira”.	19
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura do balanço patrimonial.	30
Quadro 2 - Estrutura da demonstração do resultado do exercício.....	31
Quadro 3 – Apresentação da DFC pelo método direto e indireto.	33
Quadro 4 – Estrutura da demonstração do resultado abrangente.	35
Quadro 5 - Estrutura da demonstração das mutações do patrimônio líquido.	37
Quadro 6 - Estrutura da demonstração do valor adicionado.	38
Quadro 7 - Índices de liquidez	43
Quadro 8 - Índices de estrutura de capital.....	44
Quadro 10 - Índices de rentabilidade.	45
Quadro 10 - Classificação da obrigatoriedade em elaborar as demonstrações financeiras.....	48
Quadro 11 - Análise horizontal do Ativo - Posto 1.....	57
Quadro 12 - Análise horizontal do Passivo - Posto 1.....	57
Quadro 13 - Análise horizontal da DRE - Posto 1.	58
Quadro 14 - Análise horizontal do Ativo - Posto 2.....	59
Quadro 15 - Análise horizontal do Passivo - Posto 2.....	60
Quadro 16 - Análise horizontal da DRE - Posto 2.	60
Quadro 17 - Análise horizontal do Ativo - Posto 3.....	61
Quadro 18 - Análise horizontal do Passivo - Posto 3.....	62
Quadro 19 - Análise horizontal da DRE - Posto 3.	63
Quadro 20 - Análise vertical do Ativo - Posto 1.....	64
Quadro 21 - Análise vertical do Passivo - Posto 1.....	65
Quadro 22 - Análise vertical da DRE - Posto 1.	65
Quadro 23 - Análise vertical do Ativo - Posto 2.....	66
Quadro 24 - Análise vertical do Passivo - Posto 2.....	67
Quadro 25 - Análise vertical da DRE - Posto 2.	68
Quadro 26 - Análise vertical do Ativo - Posto 3.....	69
Quadro 27 - Análise vertical do Passivo - Posto 3.....	70
Quadro 28 - Análise vertical da DRE - Posto 3.	70
Quadro 29 - Cálculo dos índices de liquidez – Posto 1.....	72
Quadro 30 - Cálculo dos índices de liquidez – Posto 2.....	73
Quadro 31 - Cálculo dos índices de liquidez – Posto 3.....	74
Quadro 32 - Cálculo dos índices de estrutura de capital – Posto 1.....	75

Quadro 33 - Cálculo dos índices de estrutura de capital – Posto 2.....	76
Quadro 34 - Cálculo dos índices de estrutura de capital – Posto 3.....	77
Quadro 35 - Cálculo dos índices de rentabilidade – Posto 1.....	78
Quadro 36 - Cálculo dos índices de rentabilidade – Posto 2.....	79
Quadro 37 - Cálculo dos índices de rentabilidade – Posto 3.....	80
Quadro 38 – Identificação dos respondentes.....	82
Quadro 39 – Técnicas utilizadas para análise das demonstrações contábeis.....	84
Quadro 40 – Indicadores Financeiros praticados pela empresa.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
CPC	Comitê de pronunciamentos contábeis
Disp.	Disponibilidades
PNC	Passivo não circulante
PME	Pequena e média empresa
AC	Ativo circulante
ANC	Ativo não circulante
RLP	Ativo realizável a longo prazo
BP	Balanco patrimonial
CE	O Ciclo econômico
CO	Ciclo operacional
CF	O Ciclo financeiro
CFC	Conselho federal de contabilidade
COFINS	Contribuição para financiamento da seguridade social
CSLL	Contribuição sobre lucro líquido
DOAR	Demonstração das origens e aplicações de recursos
DFC	Demonstração do fluxo de caixa
DRA	Demonstração do resultado abrangente
DRE	Demonstração do resultado do exercício
DMPL	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
DVA	Demonstração do valor adicionado
EPP	Empresa de pequeno porte
GCR	Giro das contas a receber
GE	Giro do estoque
IPI	Imposto de produto industrializado
IR	Imposto de renda
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços
IES	Instituições de educação superior
LB	Lucro bruto
LL	Lucro líquido
ME	Microempresa

NBC TG	Normas brasileiras de contabilidade
NE	Notas explicativas
PC	Passivo circulante
PL	Patrimônio líquido
PLM	Patrimônio líquido médio
PUC-SP	Pontifícia universidade católica de São Paulo
PIB	Produto interno bruto
PIS	Programas de integração social
RL	Receita líquida
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Justificativa	19
1.2 Problema e hipótese.....	20
1.3 Objetivos.....	21
1.3.1 Objetivo geral.....	21
1.3.2 Objetivos específicos.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Contabilidade.....	23
2.2 Demonstrações financeiras	25
2.2.1 Balanço patrimonial (BP)	27
2.2.2 Demonstração do resultado do Exercício (DRE)	30
2.2.3 Demonstração do fluxo de caixa (DFC).....	32
2.2.4 Demonstração do resultado abrangente (DRA).....	35
2.2.5 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL).....	36
2.2.6 Demonstração do valor adicionado (DVA)	37
2.2.7 Notas explicativas (NE)	38
2.3 Análises das demonstrações financeiras	39
2.3.1 Análise horizontal e vertical	40
2.3.2 Análise de índices econômico-financeiros.....	41
2.3.2.1 Índices de liquidez	42
2.3.2.2 Índices de estrutura de capital ou de endividamento.....	43
2.3.3.3 Índices de lucratividade ou de rentabilidade	44
2.5 Síntese do referencial teórico.....	46
3 METODOLOGIA.....	49
3.1 Sob o ponto de vista da abordagem do problema.....	49
3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos.....	50
3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos	51
3.4 Unidade de análise.....	52
3.5 Instrumento de coletas de dados	52
3.6 Tratamento de dados.....	53
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
4.1 Análise horizontal.....	56

4.1.1 Análise horizontal - Posto 1	56
4.1.3 Análise horizontal - Posto 2	58
4.1.3 Análise horizontal - Posto 3	61
4.2 Análise vertical.....	63
4.2.1 Análise vertical - Posto 1	63
4.2.2 Análise vertical - Posto 2	66
4.2.3 Análise vertical - Posto 3	69
4.3 Índices de liquidez	71
4.3.1 Índices de liquidez - Posto 1	72
4.3.2 Índices de liquidez - Posto 2.....	73
4.3.3 Índices de liquidez - Posto 3.....	74
4.4 Índices de estrutura de capital	75
4.4.1 Índices de estrutura de capital - Posto 1.....	75
4.4.2 Índices de estrutura de capital - Posto 2.....	76
4.4.3 Índices de estrutura de capital - Posto 3.....	77
4.5 Índices de rentabilidade	78
4.5.1 Índices de rentabilidade - Posto 1	78
4.5.2 Índices de rentabilidade - Posto 2	79
4.5.3 Índices de rentabilidade - Posto 3	80
4.6 Entrevista aplicada aos gestores da rede de postos	81
4.6 Parecer contábil	88
5 CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICES	96
ANEXOS	100

1 INTRODUÇÃO

Diante das constantes mudanças ocorridas nos cenários econômico, financeiro e político, somadas à crescente concorrência, as empresas cada vez mais buscam conhecimento do mercado no qual estão inseridas, visando maximizar seus lucros, diminuir suas despesas e garantir sua permanência e crescimento no mercado.

Contudo, demandam que os gestores tomem decisões assertivas, e para isso, eles buscam basear-se em informações tempestivas, relevantes e confiáveis que os auxiliem na tomada de decisão. A contabilidade pode fornecer essas informações, pois Padoveze (2018) define que a contabilidade é como um sistema de informação que controla e analisa o patrimônio das entidades.

Marion (2015) completa ao dizer que além de fornecer o máximo de informações a contabilidade auxilia na tomada de decisões dentro e fora da empresa, pois fornece relatórios baseados em demonstrativos contábeis, que relatam exatamente a situação econômico-financeira da empresa. Por sua vez, as demonstrações contábeis são estruturas que representam a posição financeira, patrimonial e o desempenho da entidade.

Através dos demonstrativos é possível realizar as análises financeiras. Neste contexto, a análise das demonstrações financeiras, apresenta-se como um dos instrumentos mais importantes no processo de gerenciamento empresarial. Por meio dessa análise, podem-se identificar possíveis oscilações nas contas patrimoniais, e extrair informações relevantes que dão subsídio para o controle e a gestão financeira, capazes de suprir as necessidades gerenciais para um fim decisório e possibilitam aos gestores estabelecer políticas e estratégias financeiras que agregam valor ao empreendimento.

Tal abordagem se faz necessária, pois através das análises das demonstrações financeiras, o gestor da organização pode verificar quais foram as variações das contas patrimoniais, os impactos e quais as consequências, para posteriormente tomar as devidas decisões, baseando-se em fatos confiáveis e tempestivos.

Dentre as técnicas mais utilizadas na análise das demonstrações está a técnica de análise de índices, a qual fornece ampla visão da situação econômica ou financeira da empresa (ASSAF NETO, 2015).

O presente estudo trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso e aborda o tema, Análise Financeira dos Demonstrativos Contábeis, objetivando analisar a situação econômico-financeira de três postos de combustíveis localizados na Região do Centro-Oeste de Minas Gerais.

A base conceitual do estudo terá suporte de Peres Júnior e Begalli (2015), sobre elaboração e análise das demonstrações; Marion (2015), sobre contabilidade e suas demonstrações; Ribeiro (2014), sobre estrutura de balanço das demonstrações e Hoji (2017), sobre análise dos índices;

A pesquisa caracteriza-se por pesquisa qualitativa, quantitativa, exploratória e descritiva, pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

1.1 Justificativa

Este trabalho se justifica, pois devido a globalização e constante aumento da concorrência, as empresas precisam cada vez mais se preparar para enfrentar desafios e manterem-se firmes no mercado. Assim, o estudo das análises financeiras torna-se importante, pois evidenciará a situação patrimonial e financeira das empresas estudadas. Além do estudo servir como ferramenta no auxílio de tomada de decisões, pois através da análise financeira os gestores têm a possibilidade de tomar decisões mais assertivas.

Para demonstrar tal importância do tema, sob o ponto de vista acadêmico, foi realizada uma pesquisa bibliométrica utilizando a palavra-chave “Análise Financeira”, presente em estudos de Mestrado e Doutorado desenvolvidos em cinco (5) Instituições de Educação Superior (IES) no período de 2016 a 2018.

Os dados são descritos na **Tabela 1**.

TABELA1 - Bibliometria Palavra Chave “Análise Financeira”.

IES	2016		2017		2018		TOTAL		TOTAL GERAL
	M	D	M	D	M	D	M	D	
Universidade de Brasília (UnB)	1	-	7	-	-	1	8	1	9
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	3	-	3	-	1	1	7	1	8
Universidade de São Paulo (USP)	3	2	1	-	2	-	6	2	8
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	1	-	5	1	-	-	6	1	7
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1	-	3	-	1	-	5	0	5
TOTAL	9	2	19	1	4	2	32	5	37

Fonte: Unb, UNISINOS, USP, PUC-SP, UFC(2019).

O resultado da pesquisa mostra que, no período de 2016 a 2018, foram realizadas 32 pesquisas de Mestrado e 5 de Doutorado, o que mostra que análise financeira é um tema relevante na área da contabilidade.

O estudo ainda se torna importante para a sociedade, pois através das análises financeiras os *stakeholders* podem avaliar a situação econômico-financeira da empresa e posteriormente analisar a viabilidade de se investir nela, além de servir de controle interno para a própria empresa estudada.

Para os discentes do curso de Ciências Contábeis e afins, o estudo se justifica, pois serve de fonte para futuros estudos, e de incentivo aos estudantes para realizarem novas pesquisas na área de forma mais aprofundada, mantendo-se informados sobre o tema atual e de relevância para sua atuação profissional.

A pesquisa se faz importante para a pesquisadora, pois proporcionará a oportunidade de ampliar seus conhecimentos práticos com a elaboração dos cálculos matemáticos, utilizando os demonstrativos contábeis, e conhecimentos teóricos sobre o tema através das pesquisas bibliográficas. Além de proporcionar à pesquisadora uma visão da forma de atuação da organização à qual está inserida, e os respectivos retornos com base nas informações obtidas, podendo assim apresentar os resultados encontrados aos gestores e posteriormente propor melhorias, se houver necessidade.

1.2 Problema e hipótese

A partir do momento que a pesquisadora começou a trabalhar no setor administrativo e financeiro de uma empresa de médio porte, sentiu a necessidade de aprofundar seu conhecimento sobre a Análise Financeira, uma vez que essas análises servem de suporte e auxílio na tomada de decisão.

Silva (2019) completa que as análises financeiras consistem em um exame minucioso dos dados financeiros fornecidos pela empresa.

Dessa forma, a pesquisadora identificou, através do estudo, a possibilidade de utilizar as análises financeiras como mecanismo de informações, a fim de conhecer os resultados dos três postos de combustíveis estudados, e com o intuito de agregar mais informações e esclarecimentos sobre a situação financeira das empresas, visando dar suporte aos gestores na tomada de decisão.

Embasando-se nisso e considerando as demonstrações contábeis, este trabalho pretende dar resposta à seguinte questão problema: *Qual a situação econômico-financeira de*

três postos de combustíveis localizados na Região do Centro-Oeste de Minas Gerais?

Como hipótese para o trabalho considera que as análises financeiras possibilitarão o reconhecimento da real situação dos postos estudados, visto que a rede em que os postos estão inseridos está adquirindo novas unidades e ampliando sua participação no mercado, uma vez que segundo Marion (2015), a contabilidade além de fornecer o máximo de informações, também auxilia na tomada de decisões dentro e fora da empresa, fornecendo relatórios baseados em demonstrativos contábeis que relatam exatamente a situação econômico-financeira da empresa.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a situação econômico-financeira de três postos de Combustíveis localizados na Região do Centro-Oeste de Minas Gerais, por meio de estudo das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício), realizando análise financeira no período de 2016 a 2018.

Para se alcançar o objetivo geral proposto, definiu-se cinco objetivos específicos que irão contribuir para a realização da pesquisa.

1.3.2 Objetivos específicos

- Coletar os demonstrativos contábeis dos períodos de 2016 a 2018;
- Realizar a análise horizontal e vertical dos demonstrativos;
- Demonstrar a situação econômica e financeira dos três postos de combustíveis estudados, através dos índices de Liquidez, Rentabilidade e Estrutura de Capital;
- Realizar o comparativo dos resultados dos três postos de combustíveis estudados;
- Verificar a importância da análise financeira na visão dos gestores.

O presente estudo está estruturado em cinco partes: 1. Introdução e suas respectivas subseções (Justificativa, Problema e Hipótese, Objetivos geral e Objetivos específicos), 2. Referencial Teórico, onde os principais tópicos abordados são: Demonstrações Financeiras e

Análise das Demonstrações Financeiras; 3. Metodologia, que descreve os métodos utilizados pela autora para a realização do estudo; 4. Resultados e Discussão, onde apresenta-se os resultados do estudo de forma detalhada; 5. Conclusão, onde apresenta-se a síntese final do estudo; seguida das Referências utilizadas no corpo deste trabalho, dos Anexos e dos Apêndices, que compreendem os acréscimos úteis para o melhor entendimento desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, busca-se fundamentar teoricamente o trabalho, no qual são abordadas questões acerca da contabilidade, dos demonstrativos contábeis em especial o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), as análises horizontal e vertical, além dos indicadores financeiros utilizados para avaliar a situação econômico-financeira dos três postos de combustíveis estudados, objetivando demonstrar como os autores tratam os assuntos.

2.1 Contabilidade

De acordo com Padoveze (2018), a Contabilidade consiste em um conjunto de teorias, conceitos e técnicas que estudam, registram e controlam o patrimônio das pessoas jurídicas (entidades) e pessoas físicas (pessoas). O controle deve ser feito através de coleta de dados, armazenamento e processamento das informações, transformando esses dados em relatórios contábeis que serão utilizados pelos usuários na tomada de decisão. Conforme ilustrado na **Figura 1**.

Figura 1 - Processo das informações contábeis.



Fonte: Adaptado de Marion (2015, p. 29).

Viceconti e Neves (2017) afirmam que a contabilidade tem como finalidade controlar o patrimônio das entidades e apurar o resultado das atividades realizadas, além de fornecer informações aos usuários que auxiliem nas tomadas de decisões.

Além dos gestores e administradores das empresas, são muitos os usuários que utilizam a contabilidade para obter informações, como investidores; que são pessoas que investem/aplicam dinheiro na empresa com intuito de obter lucros, os fornecedores de mercadorias; os quais analisam se a empresa tem a capacidade de arcar com suas dívidas, os bancos; que analisam se a instituição tem condições de pagamento, e o fisco; que deseja saber o resultado da sociedade para lançar os tributos que incidem sobre ela.(MARION, 2015).

Complementando, Ribeiro (2018), a Contabilidade analisa o patrimônio das entidades

nos seus aspectos qualitativos e quantitativos. O aspecto qualitativo refere-se à expressão dos componentes patrimoniais segundo a natureza de cada um. O aspecto quantitativo refere-se à expressão dos componentes patrimoniais em termos monetários.

Segundo James *et al.* (2018), a Contabilidade possui 7 Princípios. Os Princípios Contábeis consistem em normas gerais delimitadoras da aplicação da Ciência Contábil. Se não existissem, cada entidade poderia adotar forma própria de registrar os fatos contábeis, tornando impossível a correta mensuração da riqueza patrimonial, necessária à defesa dos interesses da coletividade, dos particulares e dos próprios sócios e acionistas. A descrição de cada princípio está ilustrada na **Figura 2**.

Figura 2 - Princípios contábeis.



Fonte: Adaptado de James (2018, p. 16).

Padoveze (2017) completa que os princípios contábeis, são regras que tem a finalidade de padronizar os registros contábeis de forma que os usuários tenham condições de analisar os demonstrativos de diferentes empresas de forma igual.

O Princípio da Entidade reconhece que o controle financeiro e contábil da entidade e dos sócios deve ser feito separadamente, ou seja, o patrimônio da entidade não pode se confundir (misturar) com os dos sócios (PADOVEZE, 2017).

O Princípio da Continuidade defende que a vida da entidade é continuada, ou seja, ela

não tem prazo determinado de funcionamento e continuará em operação no futuro (JAMES ET AL., 2018).

O Princípio da Oportunidade estabelece que as transações devem ser registradas no momento de sua ocorrência, ou quando são geradas, independentemente de seu pagamento ou recebimento, e sua contabilização não pode ser antecipada ou postergada (JAMES ET AL., 2018).

O Princípio do Registro pelo Valor Original define que os componentes do patrimônio devem ser registrados pelo valor original, ou seja, deve ser contabilizado pelo valor da aquisição do bem, ou produto (PADOVEZE, 2017).

O Princípio da Atualização Monetária estabelece que os valores originais contabilizados deverão ser corrigidos por um índice de inflação, caso a economia do país esteja em condições declaradas como hiperinflacionária. Esse princípio, para fins legais e tributários, está suspenso desde 31 de dezembro de 1995 (JAMES ET AL., 2018).

Já o Princípio da Competência determina que as receitas e despesas devem ser contabilizadas nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, ou seja, eliminando qualquer possibilidade de se utilizar o regime de caixa na contabilização (PADOVEZE, 2017).

Por fim, o Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes dos ativos e do maior para os do passivo, minimizando futuros riscos (JAMES ET AL., 2018).

Em seguida, será tratado sobre a definição de demonstrações financeiras, e o conjunto dela, segundo a NBC TG 26, aprovada em 2011.

2.2 Demonstrações financeiras

Segundo Padoveze (2017), as demonstrações representam resumidamente a posição patrimonial e financeira da empresa. Sua finalidade consiste em apresentar aos usuários interessados, informações úteis que os auxiliem na tomada de decisão, assim atendendo às necessidades de cada grupo de usuários.

De acordo com a NBC TG 26 (Item 9 p. 5) aprovada em 2011, define as demonstrações financeiras ou contábeis, como uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade, com o objetivo de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade.

As demonstrações objetivam ainda, apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

Segundo a NBC TG 26 (Item 10 p. 5) aprovada em 2011, o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- (a) Balanço patrimonial ao final do período;
- (b) Demonstração do resultado do período;
- (c) Demonstração do resultado abrangente do período;
- (d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- (e) Demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (f) Demonstração do valor adicionado do período (para as companhias abertas),
- (g) Notas explicativas,

Ribeiro (2014) complementa as demonstrações financeiras como o produto final da contabilidade. Ele completa ao dizer que as demonstrações mais importantes são as que possuem a finalidade de evidenciar a posição financeira, o fluxo de caixa, o desempenho e as variações que ocorrem no patrimônio líquido da entidade.

De acordo com Hoji (2017), os seguintes documentos complementam as demonstrações financeiras: relatório de administração; notas explicativas; parecer dos auditores independentes; parecer do conselho fiscal e relatório do comitê de auditoria.

As informações contábeis-financeiras devem possuir duas características qualitativas fundamentais que são: relevância e representação fidedigna. Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ser completa, neutra e livre de erro (CPC 00 - R1, 2011).

Existem ainda, outras quatro características denominadas “características qualitativas de melhoria” que são: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. A comparabilidade é a característica qualitativa de melhoria que permite que os usuários identifiquem e compreendam as similaridades e diferenças entres os itens reportados; a verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar; a tempestividade que refere-se a uma informação que fica disponível a tempo para os usuários que irá tomar as decisões, de modo a influenciá-los nessas decisões; enquanto a compreensibilidade representa uma informação classificada, caracterizada e apresentada com clareza e concisão. (CPC 00 - R1, 2011).

A seguir, serão apresentados os demonstrativos financeiros separadamente, e explicados de forma a facilitar o entendimento e ampliar o conhecimento por parte do leitor acerca do tema tratado, a começar pelo Balanço Patrimonial.

2.2.1 Balanço patrimonial (BP)

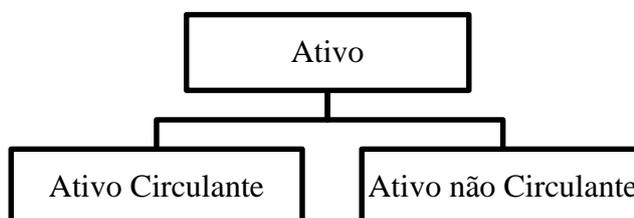
O Balanço Patrimonial, de acordo com Silva (2019) evidencia quantitativa e qualitativamente, a posição patrimonial e financeira da entidade, em determinado período, compreendendo todos os bens e direitos dispostos em ordem decrescente de grau de liquidez, ou seja, prazo no qual podem ser transformados em dinheiro, as obrigações e o patrimônio líquido da entidade.

Marion (2015) define o Balanço Patrimonial como o demonstrativo mais importante gerado pela contabilidade, pois através dele é possível evidenciar a saúde financeira e econômica da empresa. Esse demonstrativo é dividido em duas colunas: do lado esquerdo encontra-se o Ativo, e do lado direito encontra-se o Passivo e o Patrimônio Líquido.

O ativo é composto pelo o conjunto de bens (caixa) e direitos (duplicatas a receber) que a entidade detém. Pode-se entender que são os itens positivos, ou seja, que aumenta o ganho da empresa (MARION, 2015).

O Ativo subdivide-se, em Ativo Circulante e Ativo não Circulante, conforme mostra a **Figura 3** (MARION, 2015):

Figura 3 - Divisão do ativo.



Fonte: Adaptado de Marion (2015, p. 68).

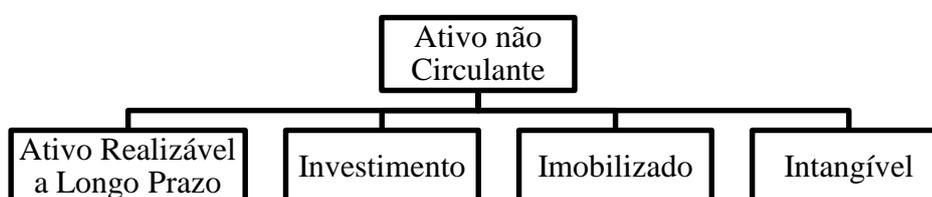
O Ativo Circulante é composto pelos bens e direitos que estão em constante circulação no patrimônio da entidade. Trata-se de valores numéricos, como por exemplo: dinheiro em caixa e em bancos, bens destinados a venda, bens como direitos (duplicatas a receber), cujo o vencimento não ultrapasse o prazo de 12 meses, ou seja, de curto prazo. São subdivididos em: Clientes, Outros Créditos, Tributos a Recuperar, Investimentos Temporários a Curto Prazo e Estoques (RIBEIRO, 2014).

Ativo não Circulante também compreende os bens e direitos que a empresa detém, porém ao contrário do Ativo Circulante, eles apresentam pouca ou nenhuma margem de circulação, ou seja, sua circulação é a longo prazo, superior a 12 meses (RIBEIRO, 2014).

Conforme Assaf Neto (2015) inclui ao grupo de Ativo não Circulante itens de baixa liquidez, ou seja, de lenta transformação do item em dinheiro, e também itens que não são destinados à venda.

O Ativo não Circulante é dividido em 4 subgrupos, conforme mostra a **Figura 4**:

Figura 4 - Subdivisão do ativo não circulante.



Fonte: Adaptado de Ribeiro (2014, p. 71).

O Ativo Realizável a Longo Prazo, de acordo com Marion (2015) compreende os itens que serão transformados em dinheiro a longo prazo, ou seja, com prazo superior a 12 meses, após um ano, ou de acordo com o ciclo operacional de determinada atividade.

Conforme Padoveze (2017) existem vários direitos que podem ser classificados no Realizável a Longo Prazo, dependendo do prazo de recebimento ou realização, no qual deve ser superior a um ano, como por exemplo: Depósitos Judiciais.

O Investimento, de acordo com Ribeiro (2014) compreende as contas representativas das participações no capital de outras empresas, participação na qual geram rendimentos para a empresa investidora.

Uma característica do subgrupo de investimento, consiste em que suas contas não são destinadas à manutenção da atividade da empresa. As contas mais comuns nesse subgrupo, são: Aquisição de ações ou cotas de empresas coligadas e controladas, pois apresentam caráter de permanência claro (ASSAF NETO, 2015).

Conforme Ribeiro (2014), no subgrupo de Imobilizado é classificado as contas que representam os recursos aplicados em bens corpóreos (palpáveis), no qual são destinados a manter o funcionamento das atividades da empresa.

Alguns exemplos de Ativo Imobilizado podem ser citados, como: Terrenos, prédios, máquinas, veículos, móveis e etc. (ASSAF NETO, 2015).

No subgrupo de Intangível, são classificadas as contas que representam os recursos

aplicados em bens incorpóreos (não palpáveis), no qual são destinados a manter o funcionamento das atividades da empresa (RIBEIRO, 2014).

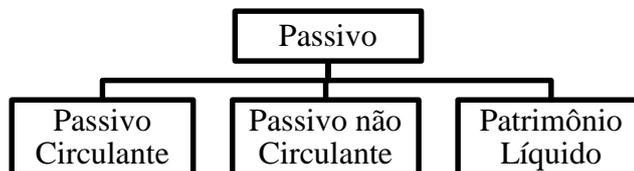
De acordo com Assaf Neto (2015), o Intangível não possui estrutura física, não sendo explicitamente identificado. São exemplos de Intangível: Direitos autorais, patentes, marcas, fundo de comércio, gastos com desenvolvimento de novos produtos, software, etc.

Conforme Ribeiro (2014), o Passivo é a parte do Balanço Patrimonial que evidencia as obrigações que a empresa tem para com terceiros. As obrigações devem ser classificadas observando a ordem do grau de exigibilidade, ou seja, uma ordem decrescente que representa o maior ou menor prazo em que a obrigação deve ser paga pela empresa.

Complementando, Iudícibus (2017) define o Passivo como uma obrigação presente, resultante de eventos passados. No momento em que a dívida vencer, será exigida o pagamento da mesma, por isso recebe o nome de Passivo Exigível.

O Passivo subdivide-se, em Passivo Circulante, Passivo não Circulante e Patrimônio Líquido, conforme mostra a **Figura 5**:

Figura 5 - Divisão do passivo.



Fonte: Adaptado de Marion (2015, p. 68).

Segundo Ribeiro (2014), esse grupo contém subdivisões, de acordo com a natureza de cada obrigação como: Obrigações a fornecedores, empréstimos e financiamentos bancários, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, entre outras.

Ribeiro (2014) completa, que as mesmas subdivisões do Passivo Circulante, poderão se encaixar no Passivo não Circulante, observando os prazos de vencimentos das obrigações que devem ocorrer após o término do exercício social seguinte ao do Balanço.

Conforme Marion (2015), o Patrimônio Líquido é a parte do Balanço Patrimonial que demonstra os recursos aplicados pelos proprietários na empresa.

De acordo com Assaf Neto (2015), o patrimônio líquido representa a diferença entre as contas do ativo (circulante e não circulante) com as contas do passivo (exigível e passivo não circulante).

Complementando, Ribeiro (2014) cita que as contas que representam o capital próprio são classificadas da seguinte maneira: Capital social, reserva de capital, ajuste de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria, e prejuízos acumulados.

Desta forma a estrutura de apresentação passa a ser a seguinte, conforme mostra o

Quadro 1:

Quadro 1 – Estrutura do balanço patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Disponibilidades	Obrigações a Fornecedores
Clientes	Empréstimos e Financiamentos-curto prazo
Estoques	Obrigações Tributárias
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	Exigível a Longo Prazo
Investimentos	Patrimônio Líquido
Imobilizado	Capital Social
*Terrenos/ Apartamentos	Reserva de Capital
*Carros	Ajuste de Avaliação Patrimonial
Intangível	Reserva de Lucros
*Marcas/ Patentes	(-) Ações em Tesouraria
*Software	(-) Prejuízos Acumulados

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2014, p. 74-80).

No próximo tópico será tratada outra demonstração financeira: a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

2.2.2 Demonstração do resultado do Exercício (DRE)

Marion (2015) define a Demonstração do Resultado do Exercício como um resumo das receitas e despesas da empresa geradas em determinado período, normalmente um ano. São apresentadas de forma dedutiva (vertical), ou seja, subtraem das receitas as despesas, chegando ao resultado do exercício, seja ele lucro ou prejuízo.

Segundo Perez Junior e Begalli (2015), a DRE deve ser apurada pelo regime de competências, ou seja, confrontando as despesas e receitas realizadas em determinado período, independentemente do recebimento ou desembolso. As receitas são recursos provenientes da venda de produtos ou serviços prestados, e as despesas são os gastos necessários para a obtenção da receita, de forma geral as receitas aumentam os benefícios econômicos, e as despesas diminuem.

Conforme Ribeiro (2014), as contas de resultado são todas aquelas que representam as despesas e os custos incorridos, bem como as receitas realizadas em um determinado período, e são dispostos numa estrutura conforme apresentado no **Quadro 2**.

Quadro 2 - Estrutura da demonstração do resultado do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(=) Receita Bruta
Vendas de Mercadoria/ Prestação de Serviços
(-) Deduções e Abatimentos
Vendas Anuladas/ Devolvidas
Impostos incidentes s/ vendas
(=) Receita Líquida
(-) Custos dos Produtos e Serviços
Custo das Mercadorias Vendidas/ Custo dos Serviços Prestados
(=) Lucro Bruto
(-) Despesas Operacionais
Despesas c/ Vendas e Financeiras/ Despesas Administrativas e Gerais
Outras receitas
(=) Lucro Antes do IR e Contribuição Social
(-) Provisão p/ IR Contribuição Social
(=) Lucro após IR Contribuição Social
(-) Participações
Debêntures
Empregados/ Administradores
(=) Lucro ou prejuízo Líquido do Exercício
Lucro ou prejuízo Líquido por Ação

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2014, p. 96-97).

Como visto no **Quadro 2**, a DRE segue uma estrutura que subtrai das receitas as despesas. Dentre os componentes da DRE e seguindo a estrutura do **Quadro 2**, será apresentada, conforme Ribeiro (2014), as receitas brutas que correspondem aos valores auferidos de mercadorias e produtos vendidos ou serviços prestados. Da receita bruta, deve-se deduzir os abatimentos como: vendas canceladas, abatimentos sobre vendas, impostos

incidentes sobre vendas (PIS, COFINS, ICMS), descontos concedidos entre outros, para então chegar à receita líquida (receitas brutas menos as deduções). Do valor encontrado na receita líquida, subtraem os custos das mercadorias vendidas ou custos dos serviços prestados, resultando no lucro bruto (receita líquida menos os custos).

Após chegar ao lucro bruto, subtrai-se as despesas operacionais, ou seja, aquelas necessárias para promover, vender e distribuir os produtos, administrar a empresa e financiar as operações, como: Despesas com vendas, despesas financeiras, e administrativas. Nesse momento acrescenta-se as outras receitas e subtrai outras despesas operacionais, que são receitas e despesas não classificadas anteriormente, então chega ao lucro antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Ainda segundo Ribeiro (2014), após deduzir os tributos que incidem sobre o lucro, chega-se ao lucro após o IR e CSLL. Posteriormente são calculadas sobre o lucro as participações de empregados, administradores, entre outros. E, finalmente chega-se ao lucro ou prejuízo do exercício, no qual é o resultado final do exercício social, quando se tem lucro, o valor fica à disposição dos sócios da empresa constituindo a reserva de lucros, caso o resultado seja prejuízo, o mesmo poderá ser compensado com lucros acumulados do exercício anterior (HOJI, 2017).

Em seguida, será apresentada a Demonstração do Fluxo de Caixa, que segundo Hoji (2017) fornece informações sobre as movimentações de entradas e saídas de dinheiro no caixa.

2.2.3 Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Marion (2015) define a Demonstração do Fluxo de Caixa como um dos principais relatórios contábeis para fins gerenciais, pois evidencia as modificações ocorridas no caixa (entradas e saídas) por meio de recebimentos e pagamentos em determinado período.

Segundo Silva (2019), a DFC passou a ser obrigatória em 2008 por força da Lei nº 11.638/2007, para as sociedades anônimas e empresas de grande porte, substituindo a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). Diferente da DRE que registra os fatos contábeis pelo regime de competência (independentemente do recebimento ou desembolso), a DFC registra pelo regime de caixa, ou seja, registra as receitas e despesas no período de seu efetivo recebimento ou pagamento, independentemente do momento em que foram realizadas.

Conforme Assaf Neto (2015), a DFC analisa a capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos. Com relação à apresentação da DFC, a NBC TG 03 (2010) determina que deve-se apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento, e de financiamento, onde:

- **Fluxos de caixa:** são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tão pouco de financiamento, como revenda de mercadoria, produção e venda e prestação de serviços.
- **Atividades de investimento:** são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo, e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa, como máquinas, veículos, instalações, entre outros.
- **Atividades de financiamento:** são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio, e no capital de terceiros da entidade, como o pagamento e recebimento de empréstimos, normalmente utilizados para a compra parcelada de investimentos e insumos. Envolve também pagamento de juros, lucros e dividendos aos proprietários e recompra de ações.

Segundo Martins, Diniz, e Miranda (2018), uma diferença que existe entre a DFC e as demais demonstrações, é que a demonstração dos fluxos de caixa é elaborada pelo regime de caixa, já as demais demonstrações são elaboradas pelo regime de competência.

De acordo com Marion (2015), a Demonstração de Fluxo de Caixa, pode ser dividida em 2 modelos: Modelo Direto e Modelo Indireto.

No Modelo Direto, os recursos financeiros derivados das operações são indicados a partir dos recebimentos e pagamentos das operações efetuadas durante o período (movimentações de caixa ou equivalência de caixa) (MARION, 2015).

Já no Modelo Indireto, os recursos derivados das atividades, são indicados a partir do resultado do exercício antes da tributação pela CSLL e IR (Lucro líquido ou prejuízo) (MARION, 2015).

A estrutura da DFC pelo Método Direto e Indireto é exposta a seguir, no **Quadro 3:**

Quadro 3 – Apresentação da DFC pelo método direto e indireto.

DFC MÉTODO DIRETO	DFC MÉTODO INDIRETO
1.Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	1.Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais
Valores recebidos de clientes	Resultado do Exercício
Valores pagos a fornecedores e empregados	(+) Depreciação/Amortização
Imposto de renda de contribuição social pagos	(+/-) Resultado na venda de ativos não circulante
Pagamentos de contingências	(+/-) Equivalência patrimonial
Recebimentos por reembolso de seguros	Variações nos Ativos e Passivos
Recebimento de lucros e dividendos	(Aumento) Redução em clientes
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(Aumento) Redução em contas a receber
= Disp. Líquidas geradas pelas Atividades Operacionais.	= Disp. Líquidas geradas pelas Atividades Operacionais.
2.Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	2.Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos
(-) Compras de Investimentos	(-) Compras de Investimentos
(-) Compras de Imobilizados	(-) Compras de Imobilizados
(-) Compras de Intangível	(-) Compras de Intangível
(+) Recebimentos por vendas Investimentos	(+) Recebimentos por vendas Investimentos
(+) Recebimentos por vendas Imobilizados	(+) Recebimentos por vendas Imobilizados
(+) Recebimentos por vendas Intangíveis	(+) Recebimentos por vendas Intangíveis
= Disp. Líquidas geradas pelas Atividades de Investimentos.	= Disp. Líquidas geradas pelas Atividades de Investimentos.
3. Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	3. Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos
(+) Integralização de Capital	(+) Integralização de Capital
(+) Empréstimos tomados	(+) Empréstimos tomados
(-) Pagamentos de dividendos	(-) Pagamentos de dividendos
(-) Pagamentos de Empréstimos	(-) Pagamentos de Empréstimos
= Disp. Líquidas geradas pelas Atividades de Investimentos.	= Disp. Líquidas geradas pelas Atividades de Investimentos.
4. Aumento (Redução) nas disponibilidades (1/2/3)	4. Aumento (Redução) nas disponibilidades (1/2/3)
5. Disponibilidades no início do período	5. Disponibilidades no início do período
6. Disponibilidades no final do período (4/5)	6. Disponibilidades no final do período (4/5)

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2014, p. 123-125).

A demonstração dos fluxos de caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que permitem que os usuários avaliem as mudanças nos ativos líquidos da entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade para mudar os montantes e a época de ocorrência dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades (CPC 03 - R2, 2010).

As informações sobre os fluxos de caixa são úteis para avaliar a capacidade da

entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa e possibilitam aos usuários desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente dos fluxos de caixa futuros de diferentes entidades. A demonstração dos fluxos de caixa também concorre para o incremento da comparabilidade na apresentação do desempenho operacional por diferentes entidades, visto que reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes critérios contábeis para as mesmas transações e eventos (CPC 03 - R2, 2010).

2.2.4 Demonstração do resultado abrangente (DRA)

Conforme os tópicos 81 a 105 do CPC 26 – R1 (2011), sobre a apresentação das Demonstrações Contábeis, além da DRE as empresas deverão elaborar a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Segundo Perez Junior e Begalli (2015), a Demonstração do Resultado Abrangente, engloba as receitas e despesas adaptadas no Resultado e os ajustes de Avaliação Patrimonial adaptados diretamente no Patrimônio Líquido. O objetivo da DRA consiste em apresentar o resultado abrangente composto pelo resultado do exercício acrescido de ganhos e perdas que alteraram o patrimônio líquido em determinado período.

De acordo com Padoveze (2018), quando houver receitas e despesas que, provisoriamente, não transitaram pela DRE e foram contabilizadas diretamente no patrimônio líquido, normalmente na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial, se não estiverem adequadamente evidenciadas na DMPL, deverão ser apresentadas na DRA.

Desta forma a estrutura de apresentação passa a ser a seguinte, conforme mostra o **Quadro 4:**

Quadro 4 – Estrutura da demonstração do resultado abrangente.

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)
Lucro Líquido do Exercício
Outros Resultados Abrangentes
*Variação cambial de investimento no exterior
*Ajuste de passivo decorrente de plano de benefícios definidos
Resultado Abrangente

Fonte: Adaptado de Junior e Begalli (2015, p. 178).

Conforme visto, a estrutura da DRA é simples, começa pelo lucro líquido do exercício decorrente das operações da entidade com terceiros, e inclui outros resultados abrangentes

decorrentes de ajustes ao valor justo de determinados itens patrimoniais contabilizados diretamente do Patrimônio Líquido no grupo de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Outra demonstração a ser apresentada pelas empresas é a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), a qual será tratada a seguir.

2.2.5 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL)

Hoji (2017) define a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como um relatório contábil que evidencia os fluxos que impactaram os saldos das contas do Patrimônio Líquido.

De acordo com Silva (2019), a DMPL tem como objetivo o detalhamento das modificações ocorridas nas contas do Patrimônio Líquido (capital social, lucros ou prejuízos acumulados e reservas), durante exercício social, complementando os demais demonstrativos. A DMPL demonstra a formação e utilização das reservas, possibilitando melhor compreensão dos fatos que refletiram no Patrimônio Líquido.

De acordo com Assaf Neto (2015), a DMPL complementa as informações fornecidas nos demais demonstrativos como: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, além de revelar de forma mais esclarecedora, a formação e as movimentações da reserva de lucros, variações patrimoniais e apuração de dividendos incorridos nas empresas investidas.

Segundo Perez Junior e Begalli (2015), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é obrigatória para todas as empresas, exceto Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

Sobre a elaboração da DMPL, seus dados são extraídos do livro razão, portanto, basta consultar a movimentação de cada uma das contas do Patrimônio Líquido, ocorridas durante o exercício (RIBEIRO, 2014).

Desta forma a estrutura de apresentação da DMPL passa a ser a seguinte, conforme mostra o **Quadro 5**:

Quadro 5 - Estrutura da demonstração das mutações do patrimônio líquido.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Ajuste da Avaliação Patrimonial	Dividendo Propostos	Lucros Acumulados	TOTAL
			Legal	Estatuária				
Saldo Inicial								
Aumento de Capital								
Lucro do Período								
Destinação								
Reserva Legal								
Reserva Estatuária								
Dividendos								
Saldo Final								

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2014, p. 111).

O próximo demonstrativo a ser apresentado é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Segundo Ribeiro (2014), a DVA evidenciará os componentes geradores do valor adicionado à sua distribuição entre financiadores, governo, acionistas e empregados.

2.2.6 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado surgiu na Europa por influência da Grã-Bretanha, França e Alemanha. Conforme Ribeiro (2014), a DVA evidencia o quanto uma empresa produziu de riqueza, ou seja, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e como foi distribuída.

Segundo Silva (2019), a DVA passou a ser obrigatória em 2008 para as sociedades anônimas de capital aberto (S/A), com o intuito de demonstrar o valor da riqueza gerada pela companhia, e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza.

Para Assaf Neto (2015), a DVA compreende a demonstração da receita deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros, ou seja, ela representa o quanto a empresa contribuiu para a formação do PIB (Produto Interno Bruto).

Ribeiro (2014) explica que o PIB é um indicador que mensura a atividade econômica de uma região (a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em uma região, durante determinado período).

A partir do entendimento do PIB, Marion (2012) considera a DVA uma demonstração bastante útil sobre o ponto de vista macroeconômico. O **Quadro 6** apresenta a estrutura da DVA.

Quadro 6- Estrutura da demonstração do valor adicionado.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
1-RECEITAS
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)
1.3) Não operacionais
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)
2.1) Matérias-Primas consumidas
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)
4 – RETENÇÕES
4.1) Depreciação, amortização e exaustão
5 –VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA
6.1) Resultado de equivalência patrimonial
6.2) Receitas financeiras
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
8.1) Pessoal e encargos
8.2) Impostos, taxas e contribuições
8.3) Juros e aluguéis
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2014, p. 132).

Ribeiro (2014) completa que a DVA consiste em uma demonstração financeira de caráter social, ou seja, apresenta informações de natureza Social, diferente das demais demonstrações exigidas por Lei.

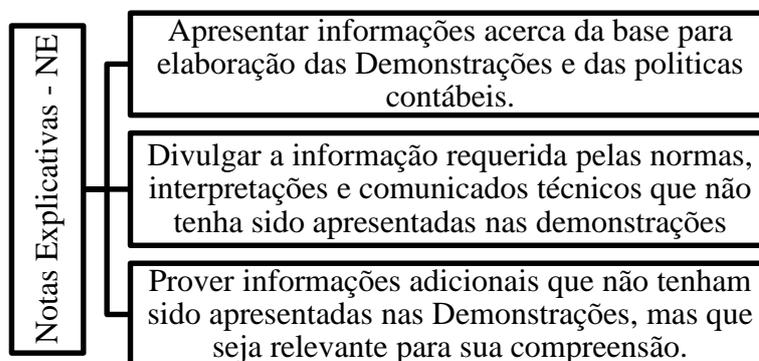
Finalizando o conjunto das Demonstrações Contábeis, será apresentado em seguida as Notas Explicativas (NE), que visam fornecer aos usuários informações importantes e mais detalhadas a respeito do resultado do exercício (HOJI, 2017).

2.2.7 Notas explicativas (NE)

Segundo Ribeiro (2014), as Notas Explicativas (NE) compreendem esclarecimentos que visam complementar as Demonstrações Contábeis e ao mesmo tempo informar os critérios utilizados pela empresa, como: o método de depreciação, os critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, entre outros, para facilitar ao leitor a interpretação dos dados.

De acordo com o CPC 26 – R1 (2011), no item 112 as Notas explicativas devem seguir uma estrutura, conforme a **Figura 6**.

Figura 6–Informações das notas explicativas.



Fonte: Adaptado de Ribeiro (2014, p.138)

Normalmente as Notas Explicativas são apresentadas ao final de cada demonstração financeira (ASSAF NETO, 2015).

As notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Na determinação de forma sistemática, a entidade deve considerar os efeitos sobre a compreensibilidade e comparabilidade das suas demonstrações contábeis. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas (CPC 26 - R1, 2011).

O próximo tópico abordará a respeito das análises das demonstrações financeiras.

2.3 Análises das demonstrações financeiras

Para Assaf Neto (2015), as análises das demonstrações financeiras, contábeis, relatórios financeiros, e análises de balanços, são sinônimos, elas visam relatar a posição econômico-financeira atual da empresa, através das informações contábeis fornecidas.

De acordo com Padoveze (2017), análise consiste no processo de leitura e entendimento dos dados que constam nos demonstrativos contábeis, com o objetivo de atender o interesse específico de cada usuário, seja interno ou externo.

Segundo Perez Junior e Begalli (2015), as análises das demonstrações financeiras, tem objetivo de extrair informações destas, e transformar em informações úteis para a tomada de decisões, considerada uma ferramenta poderosa à disposição das partes interessadas, como acionistas, dirigentes, bancos, fornecedores, clientes e outros.

De acordo com Hoji (2017), as análises são feitas basicamente com o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, uma vez que, por meio delas, são evidenciadas de forma objetiva a situação patrimonial, por meio do Balanço, e a situação financeira por meio da DRE.

Conforme Silva (2019) complementa, as análises das demonstrações devem ser realizadas de forma a extrair informações, e fornecê-las para os gestores e administradores da empresa para que possam adotar as medidas corretivas quando necessárias, e realizar o acompanhamento seja ele mensal, trimestral, semestral ou anual.

Segundo Martins, Diniz e Miranda (2018), ao fazer análise de uma empresa, o objetivo consiste em verificar sua rentabilidade, e se ela apresenta liquidez, ou seja, se a empresa apresenta capacidade de honrar com suas obrigações.

Souza (2015) complementa, que para se obter uma análise correta e fidedigna da empresa, as informações das demonstrações contábeis devem apresentar um grau de qualidade, e as análises devem ser feitas com um mínimo espaço de tempo.

O tópico a seguir abordará sobre análise horizontal, vertical, e análise dos índices econômico-financeiros.

2.3.1 Análise horizontal e vertical

Segundo Assaf Neto e Lima (2015), as características de análise são a comparação dos valores obtidos em determinado período, com períodos anteriores. Esse processo de comparação, é indispensável ao conhecimento da situação de uma empresa, representado pela análise horizontal e vertical

Conforme Hoji (2017), a análise horizontal tem a finalidade de evidenciar o crescimento dos itens das demonstrações contábeis em determinado período.

Desta forma, a análise horizontal é a comparação de uma determinada série de dados em relação à mesma série de dados em outro período social, levando em consideração valores percentuais das demonstrações financeiras (ASSAF NETO; LIMA, 2015).

De acordo com Perez Junior e Begalli (2015), a análise horizontal ressalta as modificações que ocorreram em cada conta dos demonstrativos contábeis em relação ao demonstrativo do ano anterior.

Segundo Silva (2019), para se realizar a análise horizontal, deve-se seguir a seguinte metodologia de cálculo:

- Considerar todas as contas do ano mais distante como base 100%.
- Para cada conta, calcular primeiramente o número-índice da seguinte forma:
 - a) Dividir o valor/saldo da conta do período mais recente pelo do período mais distante;
- b) diminuir 1; e
- c) multiplicar por 100, para encontrar o percentual da variação.

Iudícibus (2017) complementa, que análise horizontal ganha sentido quando aliada à análise vertical, ambas devem ser utilizadas conjuntamente.

Segundo Assaf Neto (2015), na análise vertical pode-se apurar com facilidade a participação de cada item da conta em relação ao seu total.

Conforme Padoveze (2017), o objetivo da análise vertical no balanço consiste em identificar se houve estabilidade ou não nas participações dos itens das contas contábeis, ou seja, se houve variação de um período para outro.

De acordo com Iudícibus (2017), essa análise se torna importante, pois tem o objetivo de avaliar a estrutura e composição dos itens e sua evolução no decorrer dos anos.

Segundo Silva (2019), para realizar a análise vertical, deve-se seguir a seguinte metodologia de cálculo:

- **Balanço Patrimonial:** dividir o valor de cada conta ou grupo de contas pela totalização do ativo ou passivo, conforme o caso, multiplicando por 100, obtendo assim a participação de cada conta ou grupo de conta em relação ao total.
- **Demonstração de Resultados:** dividir o valor de cada item (ou parcela) da demonstração pelo valor da Receita Operacional Líquida e multiplicar por 100, obtendo assim a participação de conta na formação do resultado.

Quanto à análise vertical o percentual de cada conta mostra sua real importância no conjunto (SILVA, 2019).

A seguir aborda-se a técnica de análise das demonstrações com base em índices econômico-financeiros.

2.3.2 Análise de índices econômico-financeiros

De acordo com Perez Junior e Begalli (2015), as técnicas de análises de índices são

um dos principais instrumentos para avaliar aspectos do desempenho da empresa, realizando cálculos e interpretando-os.

Conforme Iudícibus (2017), as técnicas de análise por quocientes são consideradas importantes, pois possibilitam comparar, por exemplo, o ativo corrente com o passivo corrente, em vez de analisar somente os elementos individuais.

Padoveze (2017) defini os índices econômico-financeiros como relações matemáticas elaboradas através dos dados obtidos pelos demonstrativos contábeis, gerando informações novas e relevantes que amplie o entendimento dos usuários sobre aspectos econômico-financeira da empresa.

Através dos cálculos realizados pode-se classificar os índices da empresa como ótimo, bom, satisfatório ou deficiente, mas para isso, é necessário comparar os resultados encontrados com os índices de outra empresa do mesmo ramo e porte (HOJI, 2017).

Conforme Assaf Neto (2015) existe inúmeros índices que podem ser utilizados pela empresa para analisar e acompanhar seu desempenho, seja através dos Índices de Liquidez, Estrutura de Capital/ Endividamento, ou Lucratividade/ Rentabilidade.

Hoji (2017) complementa, os principais índices utilizados em análise de empresas são: os índices de estrutura de capital, liquidez e rentabilidade. Tópicos que serão abordados nas próximas seções desse estudo.

2.3.2.1 Índices de liquidez

Segundo Assaf Neto (2015), os índices de liquidez evidenciam a situação financeira da empresa, frente suas obrigações com terceiros.

Conforme Silva (2019), o objeto do estudo da liquidez consiste em avaliar o grau de solvência da empresa, ou seja, avaliar a capacidade financeira que a empresa possui para quitar/saldar suas obrigações.

Iudícibus (2017) relata que utiliza-se os índices de liquidez para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, faz se a análise para saber se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos.

De acordo com Hoji (2017), os índices de liquidez refletem a capacidade financeira da instituição em atender prontamente toda demanda por recursos de caixa, no curto, médio e longo prazo, ou seja, a capacidade que a empresa tem de saldar com suas obrigações.

Para Perez Junior e Begalli (2015), a interpretação da análise dos índices de liquidez define-se como intrínseca, tendo como referência o número 1, pois se o indicador for maior

que 1 significa que a empresa tem mais direitos que obrigações indicando boa liquidez, ou seja, boa capacidade de pagamento.

Os principais são: índice de liquidez geral, índice de liquidez corrente e índice de liquidez imediata. Conforme apresentados no **Quadro 7**:

Quadro 7 - Índices de liquidez

Liquidez			
Índices	Fórmulas	Indica	Interpretação
Liquidez Geral (LG)	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	Indica quanto de bens e direitos a empresa possui para liquidar cada R\$ 1 de dívida no longo prazo.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Corrente (LC)	$\frac{AC}{PC}$	Indica quanto de ativo circulante a empresa possui para liquidar cada R\$ 1 de dívida no curto prazo.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Seca (LS)	$\frac{AC - \text{Estoques}}{PC}$	Indica quanto de ativo circulante de maior liquidez a empresa possui para liquidar cada R\$ 1 de dívida no curto prazo.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Imediata (LI)	$\frac{\text{Disponível}}{PC}$	Indica quanto de recursos imediatamente disponíveis a empresa possui para liquidar cada R\$ 1 de dívida no curto prazo.	Quanto maior, melhor.
Legenda: PC - Passivo circulante / PNC - Passivo não circulante / PL - Patrimônio líquido / ANC - Ativo não circulante / RLP - Ativo realizável a longo prazo / AC - Ativo circulante			

Fonte: Adaptado de Hoji (2017).

De acordo com Hoji (2017, p. 294), “um aspecto importante que deve ser considerado é que a empresa precisa ‘repor’ os ativos circulantes operacionais que converter em dinheiro, para não interromper sua atividade operacional”.

A seguir serão abordados os índices de estrutura de capital ou de endividamento e a importância de sua análise.

2.3.2.2 Índices de estrutura de capital ou de endividamento

Conforme Junior e Begalli (2015, p. 315), os índices de estrutura de capital ou endividamento “indicam o nível de participação do capital de terceiros na atividade da empresa. Quanto maior a participação de capital de terceiros maior o grau de endividamento”.

De acordo com Silva (2019), os índices de estrutura de capital estão relacionados às decisões de financiamento e investimento, demonstrando as decisões financeiras tomadas pelas empresas na obtenção e aplicação de seus recursos.

Segundo Hoji (2017), os índices de estrutura de capital demonstram o grau de

dependência da empresa com relação a capital de terceiros e o grau de imobilização do capital. Quanto menor estes índices forem, melhor.

Os principais são: participação de capitais de terceiros sobre recursos totais, composição do endividamento, imobilização do capital próprio e imobilização dos recursos não correntes. Conforme apresentados no **Quadro 8**.

Quadro 8 - Índices de estrutura de capital.

Estrutura de Capital			
Índices	Fórmulas	Indica	Interpretação
Participação de capitais de terceiros sobre recursos totais (PCT)	$\frac{PC + PNC}{PC + PNC + PL}$	Indica qual a participação do capital de terceiros para cada R\$ 1 de recursos totais.	Quanto menor, melhor.
Composição do endividamento (CE)	$\frac{PC}{PC + PNC}$	Indica quanto da dívida total vence no curto prazo.	Quanto menor, melhor.
Imobilização do capital próprio (ICP)	$\frac{ANC - RLP}{PL}$	Indica a parcela dos recursos próprios investidos no Ativo Permanente.	Quanto menor, melhor.
Imobilização dos recursos não correntes (IRNC)	$\frac{ANC - RLP}{PL + PNC}$	Indica quanto dos recursos permanentes e de longo prazo está investido em ativos de natureza permanente.	Quanto menor, melhor.
Legenda: PC - Passivo circulante / PNC - Passivo não circulante / PL - Patrimônio Líquido / ANC - Ativo não circulante / RLP - Ativo realizável a longo prazo.			

Fonte: Adaptado de Hoji (2017).

Iudícibus (2017) complementa, que os índices de estrutura de capital relacionam entre si, com o intuito de relatar a posição do capital próprio em relação ao capital de terceiros.

Visto a importância do entendimento dos índices de estrutura de capital, a seguir serão tratados os índices de lucratividade ou de rentabilidade.

2.3.3.3 Índices de lucratividade ou de rentabilidade

Segundo Assaf Neto (2015), esses indicadores têm por objetivo avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelam suas dimensões.

Segundo Perez Junior e Begalli (2015), a análise de índice de Lucratividade ou Rentabilidade permite analisar as taxas de retorno obtidos pela empresa.

Complementando, Hoji (2017) afirma que os índices de rentabilidade medem o retorno

dos capitais investidos, e evidenciam o sucesso (ou insucesso) empresarial. Os principais são: margem bruta, margem líquida, rentabilidade do capital próprio e retorno sobre o investimento. Conforme apresentados no **Quadro 9**:

Quadro 9 - Índices de rentabilidade.

Rentabilidade			
Índices	Fórmulas	Indica	Interpretação
Margem bruta (MB)	$\frac{LB}{RL}$	Indica quanto a empresa obtém de Lucro bruto para cada R\$ 1 de Receita líquida.	Quanto maior, melhor.
Margem líquida (ML)	$\frac{LL}{RL}$	Indica qual foi o Lucro líquido em relação à Receita operacional líquida.	Quanto maior, melhor.
Rentabilidade do Capital próprio (RCP)	$\frac{LL}{PLM}$	Indica quanto rende o capital médio aplicado na empresa pelos proprietários.	Quanto maior, melhor.
Retorno sobre o Ativo (ROI)	$\frac{LL}{\text{Ativo Total}}$	Indica quanto rende o capital médio a partir dos investimentos.	Quanto maior, melhor.
Legenda: LB - Lucro bruto / RL - Receita líquida / LL - Lucro líquido / PLM - Patrimônio líquido médio.			

Fonte: Adaptado de Hoji (2017).

Como visto a análise das demonstrações por meio de índices consiste numa ferramenta de apoio nas tomadas de decisão, uma vez que permite aos gestores financeiros visualizar a situação econômico-financeira da empresa, bem como seus pontos fracos e fortes, suas potencialidades, como também fatores que podem tornar-se ameaças e agir de forma corretiva.

2.4 Setor de Combustível

No século 19, foram descobertas as primeiras minas de petróleo no Brasil. Embora na época não existissem leis específicas para a exploração do petróleo, a Constituição de 1824 assegurava que a União (governo) detinha o domínio sobre essa riqueza (ANP, 2019).

A distribuição de combustíveis no Brasil era conduzida pelo governo. No setor, operavam poucas empresas distribuidoras autorizadas, no qual era mantido o monopólio estatal da Petrobrás com total controle de todos os preços tabelados (ANP, 2019).

As primeiras distribuidoras a serem instaladas no país foram as norte-americanas Standard Oil, a Shell e a Texaco. A acolhida governamental foi o sinal verde para que as

companhias estrangeiras se juntassem ao esforço nacional de abastecer o nascente mercado de derivados de petróleo (ANP, 2019).

A criação da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis com a Lei nº 9.748, e as demais agências reguladoras, representou uma nova concepção do papel do Estado. A ANP é o órgão regulador das atividades que integram as indústrias de petróleo e gás natural e de biocombustíveis do Brasil (ANP, 2019).

O conceito do “posto de gasolina” surgiu em 1907, quando Henry Ford inaugurou o primeiro deles, o Automobile Gasoline Company, na cidade de St. Louis, EUA, um galpão de zinco com duas bombas instaladas no alto de pedestais, para que a gasolina descesse por gravidade (SEBRAE, 2019).

De acordo com SEBRAE (2019), os postos de combustíveis estão se tornando muito mais do que um ponto de abastecimento, mas um verdadeiro suporte para os clientes, onde podem encontrar diversos serviços como: Casa de peças, mecânica, lavador, restaurante, loja de conveniência, entre outros.

Com essa diversificação de serviços oferecidos nos postos de combustíveis, nota-se que ao decorrer dos anos houve um grande aumento de concorrentes, deixando o mercado cada vez mais competitivo (SEBRAE, 2019).

Anteriormente quando se tinha o interesse de abrir um posto de combustível o candidato tinha que obter uma difícil concessão e a localização era pré-determinada, e na hora de renovar o contrato com a distribuidora, tudo corria a favor do dono do posto. De repente, tudo mudou, veio a desregulamentação e o número de postos de gasolina, nos últimos cinco anos, triplicou. Lançados à concorrência, seus proprietários viram as margens de seu negócio baixar rapidamente (SEBRAE, 2019).

2.5 Síntese do referencial teórico

Neste referencial discorreu-se sobre as Demonstrações Contábeis, que segundo a Lei nº 6.404/1976 são denominadas também como Demonstrações Financeiras, nas quais apresentam a estrutura da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade, conforme o CPC 26 – R1 (2011).

De acordo com o CPC 26 – R1 (2011), o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui: Balanço Patrimonial que evidencia a posição patrimonial e financeira da entidade, em determinado período (SILVA, 2019).

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) consiste em um resumo das

receitas e despesas da empresa geradas em determinado período, normalmente um ano (MARION, 2015).

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as modificações ocorridas no caixa, as entradas e saídas de dinheiro por meio de recebimentos e pagamentos em determinado período (MARION, 2015)

A Demonstração do Valor Abrangente apresenta o resultado abrangente, composto pelo resultado do exercício, acrescido de ganhos e perdas, que alteraram o patrimônio líquido em determinado período (PEREZ JUNIOR E BEGALLI, 2015).

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia os fluxos que impactaram os saldos das contas do Patrimônio Líquido, com objetivo de detalhar as modificações ocorridas (SILVA, 2019).

Outro demonstrativo contábil é a Demonstração do Valor Adicionado que evidencia o quanto uma empresa produziu de riqueza, ou seja, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção (RIBEIRO, 2014).

Finalizando o conjunto das demonstrações, foi apresentado as notas explicativas que são esclarecimentos que visam complementar as informações contidas nas demonstrações e informar ao leitor os critérios utilizados pela empresa, a composição dos saldos de determinadas contas (RIBEIRO, 2014).

A análise das demonstrações contábeis é utilizada como uma ferramenta que visa extrair informações dos demonstrativos e auxiliar os gestores e usuários na tomada de decisões. As principais análises utilizadas são análise horizontal, análise vertical, e análise dos indicadores econômico-financeiros (SILVA, 2019).

A análise horizontal evidencia o crescimento dos itens das demonstrações contábeis, já a análise vertical evidencia o percentual de cada conta em relação ao total de seu grupo, e mostra sua real importância (HOJI, 2017).

Os indicadores econômico-financeiros são utilizados para analisar e acompanhar o desempenho das entidades. São classificados em índices de liquidez, os quais medem a capacidade de pagamento da entidade (SILVA, 2019).

Índices de estrutura de capital demonstram o grau de dependência da empresa com relação a capital de terceiros e o grau de imobilização do capital (HOJI, 2017).

Já os índices de lucratividade visam identificar o retorno sobre o investimento, sobre as vendas e sobre o capital próprio (SILVA, 2019).

O conjunto de demonstrações que devem ser apresentadas depende do tipo e porte de empresa, conforme ilustrado no **Quadro 10**.

Quadro 10 - Classificação da obrigatoriedade em elaborar as demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras	Grande Porte ou Obrigações Pública		Pequenas e Médias	
	S/A Aberta	S/A Ltda.	PME	ME EPP
	Lei nº 6.404/76	Lei nº 11.638/07	Código Civil	
	NBC TG 1 a 46		NBC TG 1000	
Balanco Patrimonial	X	X	X	X
Demonstração do Resultado do Exercício	X	X	X	X
Demonstração do Resultado do Abrangente	X	X	X	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	X	X	X	
	X	X	X	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	X	X	X	
Demonstração do Valor Adicionado	X			
Notas Explicativas	X	X	X	X
Divulgação	X	X		

Fonte: Adaptado de Junior e Begalli (2015, p. 158).

A próxima seção trata da metodologia utilizada pela pesquisadora para a realização deste estudo.

3 METODOLOGIA

Segundo Marconi e Lakatos (2019), método científico define-se como um conjunto de normas racionais, permitindo o pesquisador alcançar seu objetivo. Consiste em traçar um caminho a ser seguido na produção de conhecimentos válidos tendo como base a ciência.

Esta seção descreve a metodologia a ser utilizada pela autora para a realização do estudo em três postos de combustíveis, localizados na Região do Centro-Oeste de Minas Gerais, nos anos de 2016-2018.

O estudo segue a classificação proposta por Silva e Menezes (2005), conforme descrito nas seções abaixo.

3.1 Sob o ponto de vista da abordagem do problema

Esta pesquisa sob o ponto de vista da abordagem do problema será classificada como qualitativa e quantitativa.

De acordo com Michel (2015, p. 74), “a pesquisa qualitativa se verifica na medida em que pretende medir, conhecer, em profundidade e com maior robustez, opiniões e atitudes do grupo pesquisado (...)”.

Da mesma maneira, Swerts (2014) afirma que as pesquisas qualitativas, apresentam dados que geram interpretação e reflexão.

Matias-Pereira (2019) complementa que na pesquisa qualitativa existe um vínculo entre o mundo objetivo e subjetivo, no qual sujeito não pode ser transformado em números. Não requer o uso de cálculos, e nem técnicas estatísticas.

Segundo Michel (2015, p. 74), “a pesquisa quantitativa se expressa na medida em que trabalha com um número e pesquisados, quantificando, amostrando e analisando dados obtidos numérica e estatisticamente”.

De acordo com Matias-Pereira (2019), a pesquisa qualitativa se dá pelo uso de métodos e técnicas estatísticas como: percentagem, média, desvio padrão, entre outros. Ou seja, todas as informações obtidas podem ser mensuradas numericamente.

Nesta pesquisa, o método qualitativo se embasará na descrição pormenorizada e relatos minuciosos do que os diferentes autores e/ou especialistas escreveram sobre o tema Análise Financeira dos Demonstrativos Contábeis.

A abordagem quantitativa se dará pela quantificação dos demonstrativos contábeis utilizados pela pesquisadora. As fórmulas matemáticas que serão utilizadas para a realização

dos cálculos contarão com o auxílio de uma planilha do *Microsoft Office Excel* e de uma calculadora HP 12C, a fim de analisar os índices de lucratividade, rentabilidade, e a capacidade de pagamento da empresa em relação a seus fornecedores.

3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos

Esta pesquisa sob o ponto de vista dos objetivos será exploratória e descritiva.

Segundo Swerts (2014, p. 15), “a pesquisa pode ser exploratória quando um problema é pouco conhecido, ou seja, quando as hipóteses ainda não foram claramente definidas”. Tem como objetivo principal apresentar informações sobre o objeto de pesquisa, proporcionando maior intimidade com o problema, com o objetivo de torná-lo mais claro.

De acordo com Henrique e Medeiros (2017, p. 98), “a pesquisa exploratória objetiva desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, por meio dela, podemos formular problemas e hipóteses com mais precisão”.

Matias-Pereira (2019) complementa, “a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com o intuito de torná-lo explícito ou de construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas (...)”.

Na visão de Swerts (2014, p. 15), “a pesquisa pode ser descritiva, tratando-se da descoberta e observação de fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e observá-los; pode ser pesquisa de opinião, estudo de caso e pesquisa documental ou bibliográfica”.

Conforme Henrique e Medeiros (2017, p. 98), “a pesquisa descritiva objetiva a descrição das características de uma população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Matias-Pereira (2019) complementa, “a pesquisa descritiva visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Assim, aprofunda o conhecimento da realidade por que explica a razão (...)”.

Neste estudo, o método exploratório se dá pelo levantamento bibliográfico através da utilização de livros que serão citados no tópico 3.3, buscando maior familiarização com o assunto abordado.

Já a pesquisa descritiva será evidenciada no estudo ao se utilizar os documentos contábeis para realizar as análises.

3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos

Esta pesquisa sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos será pesquisa bibliográfica, e estudo de caso.

De acordo com Marconi e Lakatos (2019), a pesquisa bibliográfica consiste em um tipo de produção científica, na qual baseia-se em livros, artigos científicos, revistas, e demais trabalhos já realizados capazes de fornecer ao pesquisador dados atuais e relevantes sobre o tema estudado.

Conforme Fachin (2017) define-se pesquisa bibliográfica como um conjunto de conhecimentos reunidos em obras publicadas, com a finalidade de nortear o pesquisador em determinado assunto.

Foram utilizados livros disponíveis na biblioteca e no portal da FASF, como: Perez Júnior e Begalli (2015), sobre elaboração e análise das demonstrações; Marion (2015), sobre contabilidade e suas demonstrações; Ribeiro (2014), sobre estrutura de balanço das demonstrações e Hoji (2017), sobre análise dos índices;

Outras fontes utilizadas foram sites da internet, como o CFC - Conselho Federal de Contabilidade, e os CPC's - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em especial o CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

Através da pesquisa realizou-se um estudo de caso em três postos de combustíveis localizados na Região do Centro-Oeste de Minas Gérias, com o intuito de analisar a situação econômico-financeira dos postos no período de 2016-2018.

Segundo Bertucci (2011), os estudos de casos são de natureza eminentemente qualitativa e valem-se de dados coletados por meio de fontes primárias e/ou secundárias, de entrevista e da própria observação do pesquisador.

De acordo com Fachin (2017), os estudos de casos podem ser auxiliados com apoio de estatísticas, entrevistas e questionário.

Matias-Pereira (2019) completa que o estudo de caso consiste no estudo aprofundado de poucos objetivos, de maneira que permite seu amplo e detalhado conhecimento. Nesse trabalho de conclusão de curso, foram utilizados, para comparar os resultados, três postos da Rede de Combustíveis, localizados no Centro-Oeste Mineiro, denominadas Posto 1, Posto 2 e Posto 3, com o intuito de manter a identidade e privacidade dos postos e melhor compreensão dos leitores.

3.4 Unidade de análise

O objeto da investigação foram três postos de combustível de uma Rede de Postos localizada no Centro-Oeste Mineiro e fundada no ano de 2000. A Rede possui 12 postos de combustível em funcionamento e dois que em breve serão inaugurados, sendo sua especialidade o segmento de diesel.

As unidades da Rede buscando atender da melhor forma seus clientes, possuem uma estrutura completa com restaurantes e lanchonetes, lavador, oficina mecânica e elétrica, borracharia, excelentes chuveiros, salão de beleza, lojas, casas de peças e acessórios, além de hotelaria.

A Rede de Postos de Combustíveis contém a missão de oferecer excelência no atendimento, na prestação de serviços e na qualidade dos produtos, proporcionando comodidade e confiança aos clientes. Sua visão é ser referência nacional nos segmentos em Postos de Combustíveis e Restaurante, como empresa modelo de qualidade em atendimento e respeito ao cliente. Baseia-se nos seguintes valores: Respeito, ética, honestidade, competência, companheirismo, responsabilidade e respeito ao cliente.

3.5 Instrumento de coletas de dados

Esta pesquisa utilizará entrevista estruturada e coleta documental como instrumento de coletas de dados.

Conforme Marconi e Lakatos (2019), a coleta de dados consiste na etapa da pesquisa no qual o pesquisador inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e técnicas estabelecidas, a fim de coletar as informações necessárias para a conclusão da pesquisa.

Para a coleta de dados utilizou-se uma pesquisa documental utilizando os demonstrativos contábeis, com ênfase para o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício elaborado pelos três postos de combustíveis, referentes aos anos de 2016-2018, os quais foram coletados diretamente na empresa e fornecidos pelos gestores da mesma, os quais assinaram um termo de permissão para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso através dos demonstrativos fornecidos.

Utilizou-se também de uma entrevista estruturada, aplicada a três sócios da Rede de Postos de Combustíveis, os quais desempenham as funções de gestores administrativos e operacional. O quarto sócio estava ausente no momento da aplicação da entrevista, portanto,

não foi possível obter suas respostas. A finalidade da entrevista foi verificar de acordo com a visão dos gestores, qual a importância da análise financeira.

A entrevista consiste no encontro de pessoas, com o intuito de obter informações a respeito do assunto tratado, através de uma conversa. A entrevista utilizada foi uma entrevista estrutura, na qual o pesquisador/entrevistador faz perguntas já determinadas aos entrevistados, seguindo uma padronização de perguntas (MARCONI E LAKATOS, 2019).

Matias-Pereira (2019) reafirma que “a entrevista é a obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema”.

De acordo com Fachin (2017, pag. 137), “a pesquisa documental corresponde a toda informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada (...)”.

Segundo Marconi e Lakatos (2019), uma característica da pesquisa documental consiste em coletar apenas documentos, seja eles escritos ou não.

Bertucci (2011) completa que a coleta documental vale-se de 2 tipos de fonte: Primária e Secundária. Esta pesquisa se embasará na coleta documental primária, pois utilizará documentos internos e restritos à organização, que não se tornaram público.

Para realização da pesquisa, foram utilizados os demonstrativos contábeis dos postos de combustíveis analisados. Os demonstrativos utilizados foram: BP- Balanço Patrimonial, DRE- Demonstração de Resultado do Exercício dos anos 2016-2018.

3.6 Tratamento de dados

Os instrumentos utilizados para coleta de dados serão submetidos a uma análise de conteúdo.

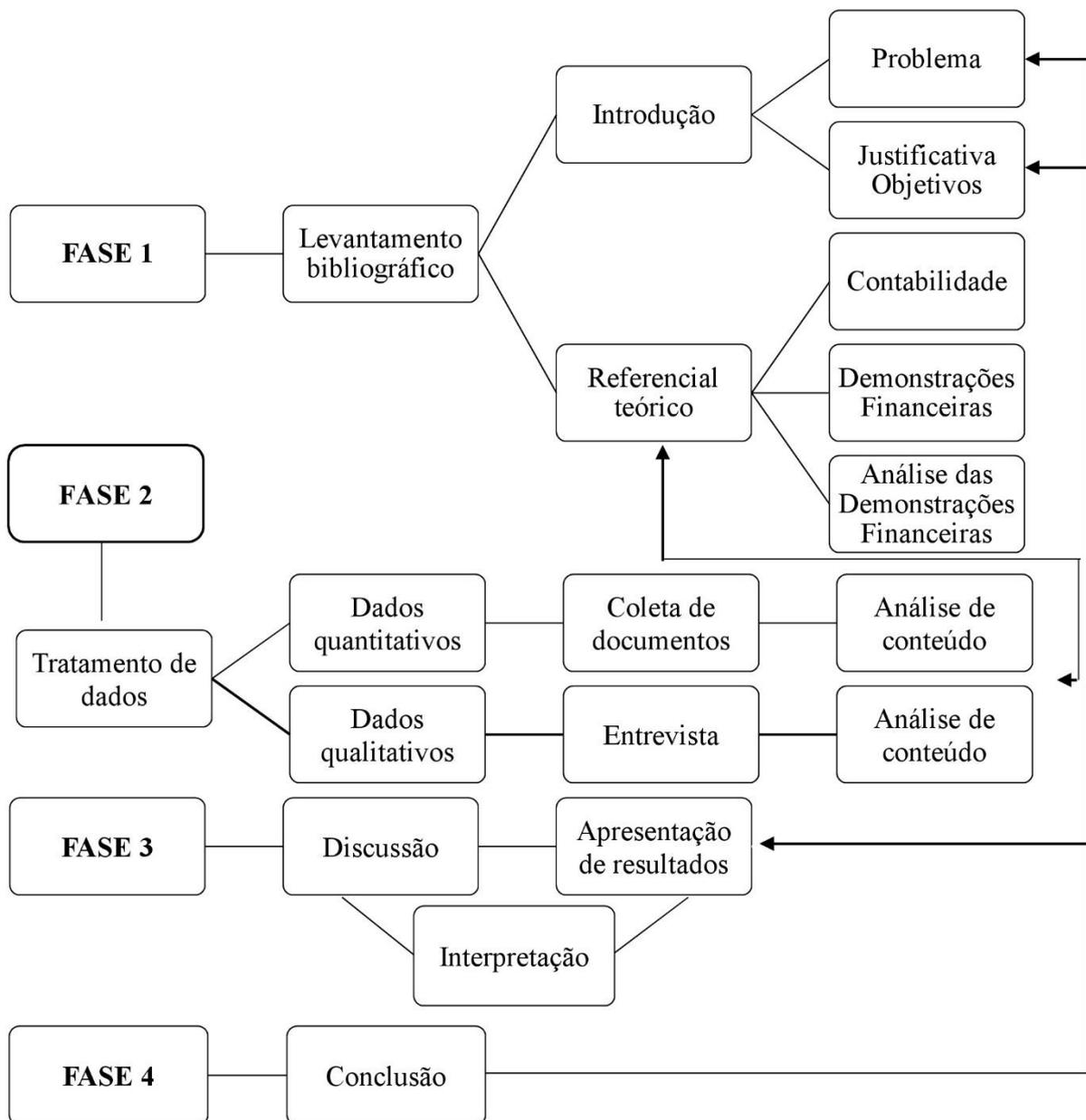
Análise de Conteúdo, conforme Henrique e Medeiros (2017) corresponde a uma abordagem de pesquisa, na qual se pode realizar uma investigação através de documentos e levantamento de informações através de uma entrevista.

Segundo Silva e Fossá (2013), a análise de conteúdo consiste em uma técnica de análise das comunicações, que analisam o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. O caminho percorrido pela análise de conteúdo, ao longo dos anos, perpassa diversas fontes de dados, como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros.

Os dados e informações coletadas foram submetidos a uma análise qualitativa e quantitativa e relacionados ao referencial teórico, visando responder à questão problema e atingir os objetivos da pesquisa.

Na **Figura 7** é apresentado o esquema referente ao tratamento de dados que será utilizado para realização deste estudo.

Figura 7 - Tratamento de dados.



Fonte: Adaptado de Bertucci (2011).

Na **Fase 1** foi realizado um levantamento bibliográfico, no qual inicialmente foi definido qual seria o tema, para poder então iniciar a pesquisa. Depois foi realizada a

introdução, a definição do problema, a justificativa e os objetivos. Após, deu-se início ao Referencial Teórico que teve como tópicos relevantes: Contabilidade, Demonstrações Financeiras e Análise das Demonstrações Financeiras, sendo que para melhor entendimento foi efetuada uma pesquisa bibliográfica no acervo da biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco- FASF. Portanto, cada tópico foi descrito detalhadamente a fim de melhor compreensão do leitor.

Na **Fase 2** será realizado o tratamento dos dados, onde será analisado a metodologia desta pesquisa, sendo esta qualitativa, no qual foi necessário a descrição e relatos do que os diferentes autores e especialistas escreveram sobre o tema Análise Financeira dos Demonstrativos Contábeis. Será realizada também uma coleta dos dados nos documentos institucionais, em que será efetuada uma análise de conteúdo.

A **Fase 2** está vinculada com a **Fase 1**, pois a metodologia é baseada nos objetivos e no referencial teórico, sendo que para interligar estas fases, será necessário fazer uma análise dos documentos institucionais relacionando com o conteúdo do referencial teórico.

Na **Fase 3** será realizada a discussão e interpretação dos resultados, no qual haverá uma comparação e correlação do conteúdo a partir da análise de conteúdo (coleta de documentos institucionais) da **Fase 2**. Em seguida, vincula-se a **Fase 1**, ou seja, a introdução e o referencial teórico. Nesta fase, o pesquisador analisará se os dados dos documentos institucionais responderão os seus objetivos específicos, ou seja, qual a situação econômico-financeira da empresa analisada neste estudo.

Na **Fase 4** será concluída a pesquisa, na qual o pesquisador fará a conclusão do que é mais importante, para isso, irá recorrer-se à **Fase 3** e **Fase 1**, havendo a necessidade de apresentar as principais conclusões a partir dos resultados analisados e interpretados, vinculando-os aos objetivos da pesquisa para demonstrar a questão problema e dar resposta à pergunta de investigação. Com isso, identificar se obteve sucesso nos resultados e se os objetivos foram respondidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados e as discussões referentes aos dados coletados nas demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial e DRE) de três postos de combustíveis localizados na região Centro-Oeste de Minas Gerais, nos anos 2016, 2017 e 2018. As análises aplicadas deram-se através das análises horizontal e vertical, bem como do cálculo dos índices estrutura de capital, liquidez e rentabilidade. Para complementar as análises e enriquecer o estudo, também foi realizada uma entrevista com três gestores da rede de postos.

Para esse propósito, dividiu-se a seção em quatro grupos, que foram:

- (1) Análise aplicada através das análises vertical e horizontal.
- (2) Análise aplicada através do cálculo dos índices estrutura de capital, liquidez, rentabilidade.
- (3) Análise da entrevista aplicada a três gestores da rede de postos.
- (4) Parecer contábil.

Para preservar a confidencialidade da rede de postos de combustíveis estudada, estes foram denominados como Posto 1, Posto 2 e Posto 3.

4.1 Análise horizontal

Nesta seção são apresentados os resultados e realizadas as discussões referentes à análise horizontal. De acordo com Hoji (2017), a análise horizontal tem a finalidade de evidenciar o crescimento dos itens das demonstrações contábeis em determinado período.

Abaixo, observa-se a análise horizontal dos balanços patrimoniais (ativo e passivo), como também da demonstração do resultado da entidade, onde se pode evidenciar o crescimento ou a redução de itens dos demonstrativos contábeis ao longo dos exercícios sociais para caracterizar tendências.

4.1.1 Análise horizontal - Posto 1

O **Quadro 11** apresenta os dados da análise horizontal obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 1, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 11 - Análise horizontal do Ativo - Posto 1.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AH 16/17	AH 17/18	AH 16/18
ATIVO	1.223.944	2.774.504	7.507.474	126,69%	170,59%	513,38%
ATIVO CIRCULANTE	1.020.526	2.559.295	7.251.498	150,78%	183,34%	610,56%
Disponível	- 541.727	105.099	4.133.919	-119,40%	3833,37%	-863,10%
Caixa	15.666	- 11.250	536.837	-171,81%	-4871,79%	3326,76%
Bancos conta movimento	- 557.393	104.041	1.198.097	-118,67%	1051,56%	-314,95%
Aplicações de liquidez imediata	-	12.308	2.398.985	0,00%	19391,55%	0,00%
Ativo realizável a curto prazo	1.549.412	2.445.551	3.112.181	57,84%	27,26%	100,86%
Clientes	551.066	1.273.584	1.529.041	131,11%	20,06%	177,47%
Seguros a vencer	2.709	3.066	2.381	13,20%	-22,35%	-12,10%
Cartão de crédito	423.625	460.082	768.244	8,61%	66,98%	81,35%
Aplicações financeiras	373			-100,00%	0,00%	-100,00%
Adiantamentos	955	955	15.458	0,00%	1518,61%	1518,61%
Tributos e contribuições a compensar	12.143	18.741	63.646	54,34%	239,61%	424,15%
Empréstimos a terceiros	5.780			-100,00%	0,00%	-100,00%
Estoques	552.762	689.122	733.412	24,67%	6,43%	32,68%
Despesas do exercício seguinte	12.841	8.646	5.398	-32,67%	-37,56%	-57,96%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	203.418	215.209	255.976	5,80%	18,94%	25,84%
Ativo realizável a longo prazo	-	-	50.000	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos	16.700	20.900	21.000	25,15%	0,48%	25,75%
Imobilizado	186.718	194.309	184.976	4,07%	-4,80%	-0,93%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No Posto 1, observa-se que o Ativo total da empresa teve um aumento de 513,38% de 2016 para 2018. No Ativo circulante, o maior destaque fica com as contas Disponível e Clientes. Como o Disponível tem base negativa impossibilitando ser calculada a variação em termos de percentuais, verificou-se que em valores absolutos, houve um crescimento de R\$ 3.592.192 de 2016 para 2018. Já a conta Clientes apresentou variação positiva de 177,47%. O Ativo não circulante apresentou uma modesta evolução se comparada aos demais grupos de contas do ativo total, com crescimento de 25,84% no período de 2016 a 2018.

Quadro 12 - Análise horizontal do Passivo - Posto 1.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AH 16/17	AH 17/18	AH 16/18
PASSIVO	1.223.944	2.774.504	7.507.474	126,69%	170,59%	513,38%
PASSIVO CIRCULANTE	826.720	2.647.327	1.202.083	220,22%	-54,59%	45,40%
Fornecedores	548.803	901.758	931.887	64,31%	3,34%	69,80%
Empréstimos e financiamentos	230.129	1.678.777	2.055	629,49%	-99,88%	-99,11%
Obrigações trabalhistas	44.281	66.451	229.344	50,07%	245,13%	417,93%
Obrigações tributárias	3.507	341	38.797	-90,27%	11267,09%	1006,34%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.158.999	539.679	6.406.392	-53,44%	1087,07%	452,75%
Empréstimos e financiamentos	1.158.999	539.679	6.406.392	-53,44%	1087,07%	452,75%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	- 761.774	- 412.503	- 101.001	-45,85%	-75,51%	-86,74%
Capital social	200.000	200.000	200.000	0,00%	0,00%	0,00%
Reservas de lucros	- 961.774	- 612.503	- 301.001	-36,32%	-50,86%	-68,70%
Prejuízos acumulados	- 1.065.123	- 1.126.200	- 1.218.126	5,73%	8,16%	14,36%
Reservas de lucros	103.349	513.697	917.125	397,05%	78,53%	787,41%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No Passivo circulante, a variação de maior destaque ocorreu na conta Fornecedores, que aumentou 45,40% de 2016 para 2018. No período analisado, destaca-se também as contas Obrigações trabalhistas, com variação positiva de 417,93% e a conta Empréstimos e financiamentos, com variação negativa de -99,11%. No Passivo não circulante o destaque é na conta Empréstimos e financiamentos, que aumentou 452,75%. O Patrimônio líquido apresentou base negativa, no entanto com crescimento de R\$ 660.773 em valores absolutos, entre 2016 e 2018.

Quadro 13 - Análise horizontal da DRE - Posto 1.

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2017	2018	AH 16/17	AH 17/18	AH 16/18
Receita Bruta	53.667.997	70.963.038	81.971.619	32,23%	15,51%	52,74%
(-) Deduções	133.352	155.150	196.157	16,35%	26,43%	47,10%
(=) Receita Líquida	53.534.645	70.807.887	81.775.461	32,27%	15,49%	52,75%
(-) Custo de Mercadorias Vendidas	48.832.298	63.850.728	74.791.774	30,76%	17,14%	53,16%
(=) Lucro Bruto	4.702.347	6.957.159	6.983.687	47,95%	0,38%	48,51%
(-) Despesas Operacionais	3.802.980	5.728.455	5.846.411	50,63%	2,59%	53,73%
(-) Despesas Administrativas	63.360	67.464	68.688	6,48%	1,81%	8,41%
(-) Despesas Comerciais	4.146.503	5.983.452	6.133.877	44,30%	2,51%	47,93%
(-) Despesas Tributárias	119.882	157.402	115.761	31,30%	-26,46%	-3,44%
(+) Outras Receitas Operacionais	526.765	479.863	471.915	-8,90%	-1,66%	-10,41%
(=) Lucro Operacional	899.367	1.228.705	1.137.277	36,62%	-7,44%	26,45%
(-) Despesas não operacionais			9.171	0,00%	0,00%	0,00%
(-) Despesas Financeiras	803.366	784.147	767.449	-2,39%	-2,13%	-4,47%
(+) Receitas Financeiras	28.216	22.606	64.008	-19,88%	183,15%	126,85%
(=) LAIR	124.217	467.163	424.665	276,09%	-9,10%	241,87%
(-) Provisão IRPJ/CSLL	20.869	117.892	113.637	464,93%	-3,61%	444,54%
(=) Lucro líquido	103.349	349.271	311.028	237,95%	-10,95%	200,95%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Com relação à Demonstração de Resultado, conforme apresentado no **Quadro 13**, observa-se que a Receita Bruta apresenta um crescimento de 52,74% entre os anos analisados. Mas em toda a Demonstração de Resultado, o destaque fica por conta do aumento de 200,95% no lucro líquido da companhia, isso se comparado o ano de 2016 com 2018. Embora os Custo de Mercadorias Vendidas aumentaram 53,16%, as Despesas Operacionais aumentaram 39,82%, ou seja, uma proporção menor que as receitas de vendas, aumentando consequentemente o lucro da empresa.

4.1.3 Análise horizontal - Posto 2

O **Quadro 14** apresenta os dados da análise horizontal obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 2, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 14 - Análise horizontal do Ativo - Posto 2.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AH 16/17	AH 17/18	AH 16/18
ATIVO	2.948.012	3.500.705	3.738.217	18,75%	6,78%	26,80%
ATIVO CIRCULANTE	2.647.394	3.199.322	2.121.806	20,85%	-33,68%	-19,85%
Disponível	1.426.272	1.729.408	1.023.034	21,25%	-40,84%	-28,27%
Caixa	1.378.528	1.379.856	6.198	0,10%	-99,55%	-99,55%
Bancos conta movimento	19.580	189.781	244.187	869,24%	28,67%	1147,09%
Aplicações de liquidez imediata	28.163	159.770	772.649	467,30%	383,60%	2643,45%
Ativo realizável a curto prazo	1.219.536	1.469.923	1.083.121	20,53%	-26,31%	-11,19%
Clientes	508.950	674.731	324.411	32,57%	-51,92%	-36,26%
Cartões	317.853	436.247	432.075	37,25%	-0,96%	35,94%
Seguros a vencer	7.407	11.622	3.977	56,92%	-65,78%	-46,30%
Adiantamentos	11.803	4.700	23.244	-60,18%	394,55%	96,93%
Tributos e contribuições a compensar	109.124	64.843	48.161	-40,58%	-25,73%	-55,87%
Empréstimos a terceiros	12.664	-	-	-100,00%	0,00%	-100,00%
Estoques	251.735	277.779	251.253	10,35%	-9,55%	-0,19%
Despesas do exercício seguinte	1.586	- 8	15.652	-100,53%	-185545,02%	886,78%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	249.516	250.281	1.565.309	0,31%	525,42%	527,34%
Ativo realizável a longo prazo	-	-	1.120.000	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos	29.871	29.871	30.371	0,00%	1,67%	1,67%
Imobilizado	219.645	220.410	414.938	0,35%	88,26%	88,91%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No Posto 2, observa-se que o Ativo total da empresa teve um aumento de 26,80% de 2016 para 2018. No Ativo circulante, o maior destaque fica com as contas Disponível e Clientes, que tiveram redução de -28,27% e -36,26%, respectivamente, do ano de 2016 para 2018. Das contas que apresentaram variação positiva o destaque fica com a conta Cartões que aumentou 35,94% no período analisado.

O Ativo não circulante apresentou uma considerável evolução de 527,35% com destaque para a conta Ativo realizável a longo prazo e Imobilizado. O Ativo realizável a longo prazo em 2016 tinha base 0, não sendo possível verificar a variação percentual observa-se que teve um aumento de R\$ 1.120.000,00 em valores absolutos. Já o Imobilizado aumentou 88,91% no período analisado.

Conforme o **Quadro 15**, no Passivo circulante, a variação de maior destaque ocorreu na conta Fornecedores, que reduziu -50,99% de 2016 para 2018. No período analisado, destaca-se também as contas Obrigações trabalhistas, com variação positiva de 553,22%. A variação total do Passivo circulante foi de -31,18%. No Passivo não circulante o destaque é na conta Empréstimos e financiamentos que aumentou 66,32%.

Quadro 15 - Análise horizontal do Passivo - Posto 2.

PASSIVO	2016	2017	2018	AH 16/17	AH 17/18	AH 16/18
PASSIVO	2.948.012	3.500.705	3.738.217	18,75%	6,78%	26,80%
PASSIVO CIRCULANTE	884.638	456.961	608.849	-48,34%	33,24%	-31,18%
Fornecedores	844.068	376.191	413.717	-55,43%	9,98%	-50,99%
Empréstimos e financiamentos	-	-	33	0,00%	0,00%	0,00%
Obrigações trabalhistas	28.863	62.655	188.541	117,07%	200,92%	553,22%
Obrigações tributárias	12.133	7.176	6.558	-40,85%	-8,61%	-45,94%
Seguros a pagar	- 426	10.939		-2664,78%	-100,00%	-100,00%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.443.043	2.185.000	2.400.000	51,42%	9,84%	66,32%
Empréstimos e financiamentos	1.443.043	2.185.000	2.400.000	51,42%	9,84%	66,32%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	569.230	807.642	678.265	41,88%	-16,02%	19,15%
Capital social	800.000	800.000	858.000	0,00%	7,25%	7,25%
Reservas de lucros	- 230.770	7.642	- 179.735	-103,31%	-2451,82%	-22,12%
Prejuízos acumulados	- 620.929	620.929	970.415	-200,00%	56,28%	-256,28%
Reservas de lucros a realizar	390.159	628.571	790.681	61,11%	25,79%	102,66%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O Patrimônio líquido apresentou variação positiva de 19,15%, entre 2016 e 2018, com destaque para as Reservas de lucros a realizar que aumentou 102,66%.

Quadro 16 - Análise horizontal da DRE - Posto 2.

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2017	2018	AH 16/17	AH 17/18	AH 16/18
Receita Bruta	27.474.274	29.084.785	31.345.986	5,86%	7,77%	14,09%
(-) Deduções	59.669	53.105	64.409	-11,00%	21,28%	7,94%
(=) Receita Líquida	27.414.605	29.031.680	31.281.577	5,90%	7,75%	14,11%
(-) Custo de Mercadorias Vendidas	24.925.914	26.258.542	28.738.831	5,35%	9,45%	15,30%
(=) Lucro Bruto	2.488.691	2.773.138	2.542.747	11,43%	-8,31%	2,17%
(-) Despesas Operacionais	1.910.981	2.014.832	2.688.116	5,43%	33,41%	40,66%
(-) Despesas Administrativas	40.320	36.300	36.684	-9,97%	1,06%	-9,02%
(-) Despesas Comerciais	1.975.116	2.105.156	3.152.074	6,58%	49,73%	59,59%
(-) Despesas Tributárias	70.719	46.851	79.413	-33,75%	69,50%	12,29%
(+) Outras Receitas Operacionais	180.719	173.476	580.055	-4,01%	234,37%	220,97%
(-) Outras despesas operacionais	5.545	-	-	-100,00%	0,00%	-100,00%
(=) Lucro Operacional	577.710	758.306	- 145.369	31,26%	-119,17%	-125,16%
(+) Receitas não operacionais (alienações de bens)	12.719	5.430		-57,31%	-100,00%	-100,00%
(-) Despesas Financeiras	451.065	518.828	304.373	15,02%	-41,33%	-32,52%
(+) Receitas Financeiras	53.225	45.776	280.233	-14,00%	512,19%	426,51%
(+) Receitas com participações societárias	-	1.575		0,00%	-100,00%	0,00%
(=) LAIR	192.589	292.259	- 169.509	51,75%	-158,00%	-188,02%
(-) Provisão IRPJ/CSLL	41.264	53.846	17.699	30,49%	-67,13%	-57,11%
(=) Lucro líquido	151.325	238.413	- 187.209	57,55%	-178,52%	-223,71%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Com relação à Demonstração de Resultado, conforme apresentado no **Quadro 16**, observa-se que a Receita Bruta apresenta um crescimento de 14,09% entre os anos analisados. No entanto, o destaque fica por conta do aumento de 69,34% nas Despesas Operacionais, que fez com que o lucro líquido da companhia reduzisse -223,71%, isso se comparado o ano de

2016 com 2018. Os Custos de Mercadorias Vendidas aumentaram 15,30%, também em proporção superior às receitas de vendas, aumentando a pressão sobre o resultado da empresa.

4.1.3 Análise horizontal - Posto 3

O **Quadro 17** apresenta os dados da análise horizontal obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 3, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 17 - Análise horizontal do Ativo - Posto 3.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AH 16/17	AH 17/18	AH 16/18
ATIVO	8.450.444	11.710.944	13.524.337	38,58%	15,48%	60,04%
ATIVO CIRCULANTE	4.906.243	8.586.547	6.807.360	75,01%	-20,72%	38,75%
Disponível	635.804	3.599.906	2.307.756	466,20%	-35,89%	262,97%
Caixa	16.937	289.603	75.820	1609,93%	-73,82%	347,67%
Bancos conta movimento	251.194	527.404	92.938	109,96%	-82,38%	-63,00%
Aplicações de liquidez imediata	367.674	2.782.900	2.138.998	656,89%	-23,14%	481,77%
Ativo realizável a curto prazo	4.209.143	4.973.561	4.499.604	18,16%	-9,53%	6,90%
Clientes/cartões	2.735.612	3.636.832	3.084.898	32,94%	-15,18%	12,77%
Seguros a vencer	7.897	10.798	8.089	36,73%	-25,09%	2,42%
Adiantamentos		8.685	23.838	0,00%	174,45%	0,00%
Tributos e contribuições a compensar	362.238	33.529	82.042	-90,74%	144,69%	-77,35%
Empréstimos a terceiros	26.526	- 20.279		-176,45%	-100,00%	-100,00%
Estoques	1.076.869	1.303.994	1.274.165	21,09%	-2,29%	18,32%
Despesas do exercício seguinte	61.296	13.080		-78,66%	-100,00%	-100,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.544.201	3.124.397	6.716.977	-11,84%	114,98%	89,52%
Ativo realizável a longo prazo	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos	84.096	84.096	84.396	0,00%	0,36%	0,36%
Imobilizado	3.458.955	3.039.151	6.631.432	-12,14%	118,20%	91,72%
Intangíveis (Marcas e patentes)	1.150	1.150	1.150	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No Posto 3, observa-se que o Ativo total da empresa teve um aumento de 60,04% de 2016 para 2018. No Ativo circulante, o maior destaque fica com as contas Disponível, Clientes e Estoques. O Disponível apresentou um crescimento de 38,75%, os Clientes 12,77% e os Estoques 18,32%. O Ativo apresentou uma evolução significativa se comparada aos demais grupos de contas do ativo total, com crescimento de 89,52%, com destaque para o Imobilizado que variou 91,72% no período analisado.

Quadro 18 - Análise horizontal do Passivo - Posto 3.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AH 16/17	AH 17/18	AH 16/18
PASSIVO	8.450.444	11.710.944	13.524.337	38,58%	15,48%	60,04%
PASSIVO CIRCULANTE	6.358.903	4.771.702	8.172.330	-24,96%	71,27%	28,52%
Fornecedores	2.322.016	1.283.135	5.905.967	-44,74%	360,28%	154,35%
Empréstimos e financiamentos bancários	976.074	263.406	98.026	-73,01%	-62,79%	-89,96%
Empréstimos e financiamentos de terceiros	1.300.000		1.170.000	-100,00%	0,00%	-10,00%
Obrigações trabalhistas	146.077	190.610	466.657	30,49%	144,82%	219,46%
Obrigações tributárias	61.201	- 6.917	41.133	-111,30%	-694,64%	-32,79%
Seguros a pagar	3.707	5.927	3.172	59,88%	-46,49%	-14,44%
Aluguéis a pagar	-	-	710	0,00%	0,00%	0,00%
Cheques em trânsito	1.449.828	1.835.543	-	26,60%	-100,00%	-100,00%
Empréstimos e financiamentos curto prazo	100.000	1.200.000	486.666	1100,00%	-59,44%	386,67%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.849.075	5.505.710	4.264.446	197,75%	-22,55%	130,63%
Empréstimos e financiamentos	1.849.075	5.505.710	4.264.446	197,75%	-22,55%	130,63%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	242.466	1.433.531	1.085.062	491,23%	-24,31%	347,51%
Capital social	300.000	300.000	300.000	0,00%	0,00%	0,00%
Lucros/Prejuízos acumulados	- 57.534	958.531	610.062	-1766,04%	-36,35%	-1160,36%
Prejuízo a partir 01/01/94	- 3.838.376	- 4.439.538	- 4.733.205	15,66%	6,61%	23,31%
Lucros/Prejuízos acumulados	3.780.843	5.398.069	5.343.267	42,77%	-1,02%	41,32%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No Passivo circulante, a variação de maior destaque ocorreu na conta Fornecedores, que aumentou 154,35% de 2016 para 2018. No período analisado, destaca-se também as contas Obrigações trabalhistas, com variação positiva de 219,46%. A conta Empréstimos e financiamentos teve variação negativa de -10,00%. No Passivo não circulante o destaque é na conta Empréstimos e financiamentos que aumentou 130,63%. O Patrimônio líquido apresentou um crescimento de 347,51% entre 2016 e 2018.

Com relação à Demonstração de Resultado, conforme apresentado no **Quadro 19**, observa-se que a Receita Bruta apresentou um crescimento de 16,30% entre os anos analisados. O destaque fica por conta do aumento de 21,30% das Despesas Operacionais e 18,03% dos Custo de Mercadorias Vendidas. O lucro líquido da companhia aumentou 10,15%.

Quadro 19 - Análise horizontal da DRE - Posto 3.

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2017	2018	AH 16/17	AH 17/18	AH 16/18
Receita Bruta	115.666.476	128.303.010	134.522.080	10,92%	4,85%	16,30%
(-) Deduções	321.473	324.777	353.871	1,03%	8,96%	10,08%
(=) Receita Líquida	115.345.003	127.978.233	134.168.209	10,95%	4,84%	16,32%
(-) Custo de Mercadorias Vendidas	104.776.832	115.619.966	123.669.846	10,35%	6,96%	18,03%
(=) Lucro Bruto	10.568.170	12.358.267	10.498.363	16,94%	-15,05%	-0,66%
(-) Despesas Operacionais	8.331.928	10.200.518	8.791.732	22,43%	-13,81%	5,52%
(-) Despesas Administrativas	170.081	182.920	155.382	7,55%	-15,05%	-8,64%
(-) Despesas Comerciais	8.341.464	11.849.171	10.093.482	42,05%	-14,82%	21,00%
(-) Despesas Tributárias	188.071	296.820	233.486	57,82%	-21,34%	24,15%
(+) Outras Receitas Operacionais	852.837	2.128.393	1.692.028	149,57%	-20,50%	98,40%
(-) Outras despesas operacionais	485.150		1.410	-100,00%	0,00%	-99,71%
(=) Lucro Operacional	2.236.242	2.157.749	1.706.631	-3,51%	-20,91%	-23,68%
(+) Receitas não operacionais	3.809	292.401	18.035	7577,02%	-93,83%	373,51%
(+) Alienações de bens	125	292.401	18.035	234646,88%	-93,83%	14378,85%
(+) Indenização de seguros recebidas	3.684	-		-100,00%	0,00%	-100,00%
(-) Outras despesas não operacionais (perdas)	27.602	-		-100,00%	0,00%	-100,00%
(-) Despesas Financeiras	1.632.478	1.312.331	1.277.991	-19,61%	-2,62%	-21,71%
(+) Receitas Financeiras	72.190	162.999	286.326	125,79%	75,66%	296,63%
(=) LAIR	652.161	1.300.818	733.000	99,46%	-43,65%	12,40%
(-) Provisão IRPJ/CSLL	145.350	290.299	174.734	99,72%	-39,81%	20,22%
(=) Lucro Líquido	506.811	1.010.519	558.266	99,39%	-44,75%	10,15%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

4.2 Análise vertical

Nesta seção são apresentados os resultados e realizadas as discussões referentes à análise vertical. Segundo Silva (2019), na análise vertical o percentual de cada conta mostra sua real importância no conjunto. Abaixo, observa-se a análise vertical dos balanços patrimoniais (ativo e passivo), como também da demonstração do resultado da entidade, onde se pode evidenciar as participações dos elementos patrimoniais e de resultado dentro de um total.

4.2.1 Análise vertical - Posto 1

O **Quadro 20** apresenta os dados da análise vertical obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 1, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 20 - Análise vertical do Ativo - Posto 1.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
ATIVO	1.223.944	2.774.504	7.507.474	100,00%	100,00%	100,00%
ATIVO CIRCULANTE	1.020.526	2.559.295	7.251.498	83,38%	92,24%	96,59%
Disponível	- 541.727	105.099	4.133.919	-44,26%	3,79%	55,06%
Caixa	15.666	- 11.250	536.837	1,28%	-0,41%	7,15%
Bancos conta movimento	- 557.393	104.041	1.198.097	-45,54%	3,75%	15,96%
Aplicações de liquidez imediata	-	12.308	2.398.985	0,00%	0,44%	31,95%
Ativo realizável a curto prazo	1.549.412	2.445.551	3.112.181	126,59%	88,14%	41,45%
Clientes	551.066	1.273.584	1.529.041	45,02%	45,90%	20,37%
Seguros a vencer	2.709	3.066	2.381	0,22%	0,11%	0,03%
Cartão de crédito	423.625	460.082	768.244	34,61%	16,58%	10,23%
Aplicações financeiras	373			0,03%	0,00%	0,00%
Adiantamentos	955	955	15.458	0,08%	0,03%	0,21%
Tributos e contribuições a compensar	12.143	18.741	63.646	0,99%	0,68%	0,85%
Empréstimos a terceiros	5.780			0,47%	0,00%	0,00%
Estoques	552.762	689.122	733.412	45,16%	24,84%	9,77%
Despesas do exercício seguinte	12.841	8.646	5.398	1,05%	0,31%	0,07%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	203.418	215.209	255.976	16,62%	7,76%	3,41%
Ativo realizável a longo prazo	-	-	50.000	0,00%	0,00%	0,67%
Investimentos	16.700	20.900	21.000	1,36%	0,75%	0,28%
Imobilizado	186.718	194.309	184.976	15,26%	7,00%	2,46%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme Análise Vertical apresentada acima, nota-se que o percentual do Ativo Circulante sofreu uma variação considerável correspondendo a 83,38% do Ativo total em 2016 e 96,59% em 2018, uma variação percentual de 15,84%.

O Ativo não Circulante, Investimento, Imobilizado e Intangível não sofreram grandes variações em valores absolutos, mas sofreram considerável variação percentual em relação ao Ativo Total. O Ativo não Circulante correspondia a 16,62% do total em 2016 e a 3,41% em 2018, o que equivale a uma variação negativa de -79,48%.

Quanto ao Passivo, houve uma mudança considerável nas contas Passivo circulante, Passivo não circulante e Patrimônio líquido, quando comparado com os anos anteriores, conforme observa-se no **Quadro 21**, abaixo:

Quadro 21 - Análise vertical do Passivo - Posto 1.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
PASSIVO	1.223.944	2.774.504	7.507.474	100,00%	100,00%	100,00%
PASSIVO CIRCULANTE	826.720	2.647.327	1.202.083	67,55%	95,42%	16,01%
Fornecedores	548.803	901.758	931.887	44,84%	32,50%	12,41%
Empréstimos e financiamentos	230.129	1.678.777	2.055	18,80%	60,51%	0,03%
Obrigações trabalhistas	44.281	66.451	229.344	3,62%	2,40%	3,05%
Obrigações tributárias	3.507	341	38.797	0,29%	0,01%	0,52%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.158.999	539.679	6.406.392	94,69%	19,45%	85,33%
Empréstimos e financiamentos	1.158.999	539.679	6.406.392	94,69%	19,45%	85,33%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	- 761.774	- 412.503	- 101.001	-62,24%	-14,87%	-1,35%
Capital social	200.000	200.000	200.000	16,34%	7,21%	2,66%
Reservas de lucros	- 961.774	- 612.503	- 301.001	-78,58%	-22,08%	-4,01%
Prejuízos acumulados	- 1.065.123	- 1.126.200	- 1.218.126	-87,02%	-40,59%	-16,23%
Reservas de lucros	103.349	513.697	917.125	8,44%	18,51%	12,22%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em 2016 o Passivo circulante correspondia a 67,55% do Passivo total e em 2018, passou para 16,01%, uma variação negativa de -76,29%. O Passivo não circulante sofreu grande variação em valores absolutos, no entanto em valores percentuais passou de 94,69% para 85,33% no período analisado, uma variação de -9,88%. O Patrimônio líquido apresentou valores negativos, impossibilitando ser calculada sua participação no total, bem como a variação em termos de percentuais.

Na Demonstração do Resultado do Exercício, nota-se que os percentuais da Receita Líquida, Custo de Mercadorias Vendidas e Despesas Operacionais sofreram pequenas variações ao longo dos três anos analisados.

O destaque fica para as Despesas Operacionais que em 2016 corresponderam a 9,05% do total e em 2018 passou para 8,28%, uma variação de -8,46%. O fato contribui para o aumento da lucratividade da empresa.

Quadro 22 - Análise vertical da DRE - Posto 1.

(Continua)

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
Receita Bruta	53.667.997	70.963.038	81.971.619	100,00%	100,00%	100,00%
(-) Deduções	133.352	155.150	196.157	0,25%	0,22%	0,24%
(=) Receita Líquida	53.534.645	70.807.887	81.775.461	99,75%	99,78%	99,76%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 22 - Análise vertical da DRE - Posto 1.

(Continuação)

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
(-) Custo de Mercadorias Vendidas	48.832.298	63.850.728	74.791.774	90,99%	89,98%	91,24%
(=) Lucro Bruto	4.702.347	6.957.159	6.983.687	8,76%	9,80%	8,52%
(-) Despesas Operacionais	3.802.980	5.728.455	5.846.411	7,79%	8,97%	7,82%
(-) Despesas Administrativas	63.360	67.464	68.688	0,12%	0,10%	0,08%
(-) Despesas Comerciais	4.146.503	5.983.452	6.133.877	7,73%	8,43%	7,48%
(-) Despesas Tributárias	119.882	157.402	115.761	0,22%	0,22%	0,14%
(+) Outras Receitas Operacionais	526.765	479.863	471.915	0,98%	0,68%	0,58%
(=) Lucro Operacional	899.367	1.228.705	1.137.277	1,68%	1,73%	1,39%
(-) Despesas não operacionais			9.171	0,00%	0,00%	0,01%
(-) Despesas Financeiras	803.366	784.147	767.449	1,50%	1,11%	0,94%
(+) Receitas Financeiras	28.216	22.606	64.008	0,05%	0,03%	0,08%
(=) LAIR	124.217	467.163	424.665	0,23%	0,66%	0,52%
(-) Provisão IRPJ/CSLL	20.869	117.892	113.637	0,04%	0,17%	0,14%
(=) Lucro líquido	103.349	349.271	311.028	0,19%	0,49%	0,38%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Vale ressaltar também a variação positiva do Lucro Líquido, que em 2016 correspondia a 0,19% das receitas de vendas e em 2018 passou para 0,38%, uma variação positiva de 97,04%.

4.2.2 Análise vertical - Posto 2

O **Quadro 23** apresenta os dados da análise vertical obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 2, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 23 - Análise vertical do Ativo - Posto 2.

(Continua)

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
ATIVO	2.948.012	3.500.705	3.738.217	100,00%	100,00%	100,00%
ATIVO CIRCULANTE	2.647.394	3.199.322	2.121.806	89,80%	91,39%	56,76%
Disponível	1.426.272	1.729.408	1.023.034	48,38%	49,40%	27,37%
Caixa	1.378.528	1.379.856	6.198	46,76%	39,42%	0,17%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 23 - Análise vertical do Ativo - Posto 2.

(Continuação)

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
Bancos conta movimento	19.580	189.781	244.187	0,66%	5,42%	6,53%
Aplicações de liquidez imediata	28.163	159.770	772.649	0,96%	4,56%	20,67%
Ativo realizável a curto prazo	1.219.536	1.469.923	1.083.121	41,37%	41,99%	28,97%
Clientes	508.950	674.731	324.411	17,26%	19,27%	8,68%
Cartões	317.853	436.247	432.075	10,78%	12,46%	11,56%
Seguros a vencer	7.407	11.622	3.977	0,25%	0,33%	0,11%
Adiantamentos	11.803	4.700	23.244	0,40%	0,13%	0,62%
Tributos e contribuições a compensar	109.124	64.843	48.161	3,70%	1,85%	1,29%
Empréstimos a terceiros	12.664	-	-	0,43%	0,00%	0,00%
Estoques	251.735	277.779	251.253	8,54%	7,93%	6,72%
Despesas do exercício seguinte	1.586	- 8	15.652	0,05%	0,00%	0,42%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	249.516	250.281	1.565.309	8,46%	7,15%	41,87%
Ativo realizável a longo prazo	-	-	1.120.000	0,00%	0,00%	29,96%
Investimentos	29.871	29.871	30.371	1,01%	0,85%	0,81%
Imobilizado	219.645	220.410	414.938	7,45%	6,30%	11,10%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme Análise Vertical apresentada acima, nota-se que o percentual do Ativo Circulante sofreu uma variação considerável correspondendo a 89,80% do Ativo total em 2016 e 56,76% em 2018, uma variação percentual de - 36,79%.

O Ativo não Circulante, sofreu uma considerável variação percentual em relação ao Ativo Total, saindo de 8,46% em 2016 para 41,87% em 2018. A conta Investimentos não sofreu grandes variações percentuais. Já o Imobilizado correspondia a 7,45% do total em 2016 e a 11,10% em 2018, o que equivale a uma variação positiva de 88,91%.

Quadro 24 - Análise vertical do Passivo - Posto 2.

(Continua)

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
PASSIVO	2.948.012	3.500.705	3.738.217	100,00%	100,00%	100,00%
PASSIVO CIRCULANTE	884.638	456.961	608.849	30,01%	13,05%	16,29%
Fornecedores	844.068	376.191	413.717	28,63%	10,75%	11,07%
Empréstimos e financiamentos	-	-	33	0,00%	0,00%	0,00%
Obrigações trabalhistas	28.863	62.655	188.541	0,98%	1,79%	5,04%
Obrigações tributárias	12.133	7.176	6.558	0,41%	0,20%	0,18%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 24 - Análise vertical do Passivo - Posto 2.

(Continuação)

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
Seguros a pagar	- 426	10.939		-0,01%	0,31%	0,00%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.443.043	2.185.000	2.400.000	48,95%	62,42%	64,20%
Empréstimos e financiamentos	1.443.043	2.185.000	2.400.000	48,95%	62,42%	64,20%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	569.230	807.642	678.265	19,31%	23,07%	18,14%
Capital social	800.000	800.000	858.000	27,14%	22,85%	22,95%
Reservas de lucros	- 230.770	7.642	- 179.735	-7,83%	0,22%	-4,81%
Prejuízos acumulados	- 620.929	620.929	970.415	-21,06%	17,74%	25,96%
Reservas de lucros a realizar	390.159	628.571	790.681	13,23%	17,96%	21,15%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quanto ao Passivo, houve uma mudança considerável nas contas Passivo circulante e Passivo não circulante quando comparado com os anos anteriores.

Em 2016 o Passivo circulante correspondia a 30,01% do Passivo total e em 2018, passou para 16,29%, uma variação negativa de -45,72%. O Passivo não circulante passou de 48,95% para 64,20% no período analisado, uma variação de 31,15%. Já o Patrimônio líquido não apresentou grande variação, saindo de 19,31% em 2016 para 18,14% em 2018, reduzindo sua participação no total em - 6,06%.

Quadro 25 - Análise vertical da DRE - Posto 2.

(Continua)

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
Receita Bruta	27.474.274	29.084.785	31.345.986	100,00%	100,00%	100,00%
(-) Deduções	59.669	53.105	64.409	0,22%	0,18%	0,21%
(=) Receita Líquida	27.414.605	29.031.680	31.281.577	99,78%	99,82%	99,79%
(-) Custo de Mercadorias Vendidas	24.925.914	26.258.542	28.738.831	90,72%	90,28%	91,68%
(=) Lucro Bruto	2.488.691	2.773.138	2.542.747	9,06%	9,53%	8,11%
(-) Despesas Operacionais	1.910.981	2.014.832	2.688.116	6,96%	6,93%	8,58%
(-) Despesas Administrativas	40.320	36.300	36.684	0,15%	0,12%	0,12%
(-) Despesas Comerciais	1.975.116	2.105.156	3.152.074	7,19%	7,24%	10,06%
(-) Despesas Tributárias	70.719	46.851	79.413	0,26%	0,16%	0,25%
(+) Outras Receitas Operacionais	180.719	173.476	580.055	0,66%	0,60%	1,85%
(-) Outras despesas operacionais	5.545	-	-	0,02%	0,00%	0,00%
(=) Lucro Operacional	577.710	758.306	- 145.369	2,10%	2,61%	-0,46%
(+) Receitas não operacionais (alienações de bens)	12.719	5.430		0,05%	0,02%	0,00%
(-) Despesas Financeiras	451.065	518.828	304.373	1,64%	1,78%	0,97%
(+) Receitas Financeiras	53.225	45.776	280.233	0,19%	0,16%	0,89%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 25 - Análise vertical da DRE - Posto 2.

(Continuação)

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
(+) Receitas com participações societárias	-	1.575		0,00%	0,01%	0,00%
(=) LAIR	192.589	292.259	- 169.509	0,70%	1,00%	-0,54%
(-) Provisão IRPJ/CSLL	41.264	53.846	17.699	0,15%	0,19%	0,06%
(=) Lucro líquido	151.325	238.413	- 187.209	0,55%	0,82%	- 0,60%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na Demonstração do Resultado do Exercício, o destaque fica para as Despesas Operacionais, que em 2016 corresponderam a 8,27% do total e em 2018 passou para 12,28%, uma variação de 48,49%. O fato contribui para a redução da lucratividade da empresa que era de 0,55% em 2016 e passou para -0,60%. Os Custo de Mercadorias Vendidas saíram de 90,72% para 91,68%, uma variação positiva de 1,06%.

4.2.3 Análise vertical - Posto 3

O **Quadro 26** apresenta os dados da análise vertical obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 3, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 26 - Análise vertical do Ativo - Posto 3.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
ATIVO	8.450.444	11.710.944	13.524.337	100,00%	100,00%	100,00%
ATIVO CIRCULANTE	4.906.243	8.586.547	6.807.360	58,06%	73,32%	50,33%
Disponível	635.804	3.599.906	2.307.756	7,52%	30,74%	17,06%
Caixa	16.937	289.603	75.820	0,20%	2,47%	0,56%
Bancos conta movimento	251.194	527.404	92.938	2,97%	4,50%	0,69%
Aplicações de liquidez imediata	367.674	2.782.900	2.138.998	4,35%	23,76%	15,82%
Ativo realizável a curto prazo	4.209.143	4.973.561	4.499.604	49,81%	42,47%	33,27%
Clientes/cartões	2.735.612	3.636.832	3.084.898	32,37%	31,05%	22,81%
Seguros a vencer	7.897	10.798	8.089	0,09%	0,09%	0,06%
Adiantamentos		8.685	23.838	0,00%	0,07%	0,18%
Tributos e contribuições a compensar	362.238	33.529	82.042	4,29%	0,29%	0,61%
Empréstimos a terceiros	26.526	- 20.279		0,31%	-0,17%	0,00%
Estoques	1.076.869	1.303.994	1.274.165	12,74%	11,13%	9,42%
Despesas do exercício seguinte	61.296	13.080		0,73%	0,11%	0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.544.201	3.124.397	6.716.977	41,94%	26,68%	49,67%
Ativo realizável a longo prazo	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos	84.096	84.096	84.396	1,00%	0,72%	0,62%
Imobilizado	3.458.955	3.039.151	6.631.432	40,93%	25,95%	49,03%
Intangíveis (Marcas e patentes)	1.150	1.150	1.150	0,01%	0,01%	0,01%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme Análise Vertical apresentada acima, nota-se que o percentual do Ativo Circulante não sofreu uma variação considerável, se comparada aos demais postos. Em 2016 a conta correspondia a 58,06% do Ativo total e em 2018 50,33%, uma variação percentual negativa de -13,31%. Variação esta, compensada pelo Ativo não Circulante que correspondia a 41,94% do total em 2016 e a 49,67% em 2018, o que equivale a uma variação positiva de 18,43%.

Quadro 27 - Análise vertical do Passivo - Posto 3.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
PASSIVO	8.450.444	11.710.944	13.524.337	100,00%	100,00%	100,00%
PASSIVO CIRCULANTE	6.358.903	4.771.702	8.172.330	75,25%	40,75%	60,43%
Fornecedores	2.322.016	1.283.135	5.905.967	27,48%	10,96%	43,67%
Empréstimos e financiamentos bancários	976.074	263.406	98.026	11,55%	2,25%	0,72%
Empréstimos e financiamentos de terceiros	1.300.000		1.170.000	15,38%	0,00%	8,65%
Obrigações trabalhistas	146.077	190.610	466.657	1,73%	1,63%	3,45%
Obrigações tributárias	61.201	- 6.917	41.133	0,72%	-0,06%	0,30%
Seguros a pagar	3.707	5.927	3.172	0,04%	0,05%	0,02%
Aluguéis a pagar	-	-	710	0,00%	0,00%	0,01%
Cheques em trânsito	1.449.828	1.835.543	-	17,16%	15,67%	0,00%
Empréstimos e financiamentos curto prazo	100.000	1.200.000	486.666	1,18%	10,25%	3,60%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.849.075	5.505.710	4.264.446	21,88%	47,01%	31,53%
Empréstimos e financiamentos	1.849.075	5.505.710	4.264.446	21,88%	47,01%	31,53%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	242.466	1.433.531	1.085.062	2,87%	12,24%	8,02%
Capital social	300.000	300.000	300.000	3,55%	2,56%	2,22%
Lucros/Prejuízos acumulados	- 57.534	958.531	610.062	-0,68%	8,18%	4,51%
Prejuízo a partir 01/01/94	- 3.838.376	- 4.439.538	- 4.733.205	-45,42%	-37,91%	-35,00%
Lucros/Prejuízos acumulados	3.780.843	5.398.069	5.343.267	44,74%	46,09%	39,51%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quanto ao Passivo, em 2016 o Passivo circulante correspondia a 75,25% do Passivo total e em 2018, passou para 60,43%, uma variação negativa de -19,69%. O Passivo não circulante passou de 21,88% para 31,53% no período analisado, uma variação de 44,10%. O Patrimônio líquido apresentou variação positiva, saindo de 2,87% para 8,02%, aumentando sua participação no total em 179,44% no período analisado.

Quadro 28 - Análise vertical da DRE - Posto 3.

(Continua)

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
Receita Bruta	115.666.476	128.303.010	134.522.080	100,00%	100,00%	100,00%
(-) Deduções	321.473	324.777	353.871	0,28%	0,25%	0,26%
(=) Receita Líquida	115.345.003	127.978.233	134.168.209	99,72%	99,75%	99,74%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 2829 - Análise vertical da DRE - Posto 3.

(Continuação)

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2017	2018	AV 16	AV 17	AV 18
(-) Custo de Mercadorias Vendidas	104.776.832	115.619.966	123.669.846	90,59%	90,11%	91,93%
(=) Lucro Bruto	10.568.170	12.358.267	10.498.363	9,14%	9,63%	7,80%
(-) Despesas Operacionais	8.331.928	10.200.518	8.791.732	7,20%	7,95%	6,54%
(-) Despesas Administrativas	170.081	182.920	155.382	0,15%	0,14%	0,12%
(-) Despesas Comerciais	8.341.464	11.849.171	10.093.482	7,21%	9,24%	7,50%
(-) Despesas Tributárias	188.071	296.820	233.486	0,16%	0,23%	0,17%
(+) Outras Receitas Operacionais	852.837	2.128.393	1.692.028	0,74%	1,66%	1,26%
(-) Outras despesas operacionais	485.150		1.410	0,42%	0,00%	0,00%
(=) Lucro Operacional	2.236.242	2.157.749	1.706.631	1,93%	1,68%	1,27%
(+) Receitas não operacionais	3.809	292.401	18.035	0,00%	0,23%	0,01%
(+) Aliações de bens	125	292.401	18.035	0,00%	0,23%	0,01%
(+) Indenização de seguros recebidas	3.684	-		0,00%	0,00%	0,00%
(-) Outras despesas não operacionais (perdas)	27.602	-		0,02%	0,00%	0,00%
(-) Despesas Financeiras	1.632.478	1.312.331	1.277.991	1,41%	1,02%	0,95%
(+) Receitas Financeiras	72.190	162.999	286.326	0,06%	0,13%	0,21%
(+) Receitas com participações societárias	-	-		0,00%	0,00%	0,00%
(=) LAIR	652.161	1.300.818	733.000	0,56%	1,01%	0,54%
(-) Provisão IRPJ/CSLL	145.350	290.299	174.734	0,13%	0,23%	0,13%
(=) Lucro líquido	506.811	1.010.519	558.266	0,44%	0,79%	0,41%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na Demonstração do Resultado do Exercício, nota-se que os percentuais da Receita Líquida, Custo de Mercadorias Vendidas, Despesas Operacionais e Lucro líquido sofreram pequenas variações ao longo dos três anos analisados.

As Despesas Operacionais em 2016 correspondiam a 8,68% do total e em 2018 passou para 9,05%, uma variação de 4,26%. O fato contribui para a redução da lucratividade da empresa que era de 0,44% em 2016 e passou para 0,41%. Os Custo de Mercadorias Vendidas saíram de 90,59% para 91,93%, uma variação positiva de 1,48%

4.3 Índices de liquidez

Nesta seção são apresentados os resultados e realizadas as discussões referentes aos índices de liquidez. Hoji (2017) destaca que os índices de liquidez mostram a situação financeira da empresa e refletem a capacidade financeira da instituição em atender prontamente toda demanda por recursos de caixa, no curto, médio e longo prazo. Quanto maior este índice, melhor.

4.3.1 Índices de liquidez - Posto 1

O **Quadro 29** apresenta os índices de liquidez obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 1, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 30 - Cálculo dos índices de liquidez – Posto 1.

Cálculo dos Índices de Liquidez	2.016	2.017	2.018
Liquidez geral	0,52	0,80	0,96
Liquidez corrente	1,23	0,97	6,03
Liquidez imediata	-0,66	0,04	3,44
Liquidez seca	0,57	0,71	5,42

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No período investigado percebe-se que o Posto 1 apresentou melhora na liquidez geral, saindo de 0,52 em 2016 para 0,96 em 2018. Embora o índice esteja num patamar ruim tendo como referência o número 1, a empresa apresentou melhora na capacidade para honrar seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

A liquidez corrente apresentou melhora no período, passando de 1,23 em 2016 para 6,03 em 2018. Isto indica que a empresa seria capaz de pagar cada R\$ 1 de dívida no curto prazo e ainda lhe sobriam R\$ 5,03, apresentando excelente capacidade de pagamento.

Quanto à dependência da empresa dos estoques para honrar seus compromissos de curto prazo, de 2016 para 2018 o índice apresentou variação positiva, saindo de 0,57 para 5,42. O índice que era ruim em 2016, tendo como referência o número 1, passou a ser ótimo em 2018, indicando que para cada R\$ 1 de dívida no curto prazo a empresa possui R\$ 5,42, sem a necessidade de liquidar seu estoque.

Quanto às disponibilidades imediatas da empresa em relação aos seus compromissos de curto prazo, o índice apresentou melhora no período, saindo de -0,66 em 2016 para 3,44 em 2018. Isto significa que a empresa possui R\$ 3,44 de recursos imediatamente disponíveis para liquidar cada R\$ 1 de dívida no curto prazo, ou seja, ainda lhe sobra R\$ 2,44.

Em resumo, de acordo com os dados analisados, os índices de liquidez geral, liquidez corrente, imediata e seca melhoraram no período investigado.

4.3.2 Índices de liquidez - Posto 2

O **Quadro 30** apresenta os índices de liquidez obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 2, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 31 - Cálculo dos índices de liquidez – Posto 2.

Cálculo dos Índices de Liquidez	2.016	2.017	2.018
Liquidez geral	1,14	1,21	1,08
Liquidez corrente	2,99	7,00	3,48
Liquidez imediata	1,61	3,78	1,68
Liquidez seca	2,71	6,39	3,07

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No período investigado percebe-se que o Posto 2 apresentou redução na liquidez geral, saindo de 1,14 em 2016 para 1,08 em 2018, indicando piora na capacidade para honrar seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

A liquidez corrente apresentou aumento no período. O índice que passou de 2,99 em 2016 para 3,48 em 2018, avalia a capacidade da empresa em quitar suas dívidas de curto prazo.

Quando investigada a dependência da empresa dos estoques para honrar seus compromissos de curto prazo percebe-se uma baixa dependência, pois o índice aponta que para R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo ainda sobram recursos no ativo circulante para saldá-las sem a necessidade de liquidação dos estoques. De 2016 para 2018 o índice apresentou variação positiva saindo de 2,71 para 3,07.

As disponibilidades imediatas da empresa apresentam-se suficientes para honrar seus compromissos de curto prazo, o índice apresentou melhora no período, saindo de 1,61 em 2016 para 1,68 em 2018. Isto significa que a empresa possui R\$ 1,68 de recursos imediatamente disponíveis para liquidar cada R\$ 1 de dívida no curto prazo.

Desta forma de acordo com os dados analisados, o índice de liquidez geral piorou, enquanto os índices de liquidez corrente, imediata e seca melhoraram. Ressalta-se que no período de 2017 para 2018 todos os indicadores de liquidez apresentaram redução, porém todos acima de 1.

4.3.3 Índices de liquidez - Posto 3

O **Quadro 31** apresenta os índices de liquidez obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 3, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 32 - Cálculo dos índices de liquidez – Posto 3.

Cálculo dos Índices de Liquidez	2.016	2.017	2.018
Liquidez geral	0,60	0,84	0,55
Liquidez corrente	0,77	1,80	0,83
Liquidez imediata	0,10	0,75	0,28
Liquidez seca	0,60	1,53	0,68

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No período investigado percebe-se que o Posto 3 apresentou redução na liquidez geral, saindo de 0,60 em 2016 para 0,55 em 2018, indicando insuficiência e piora na capacidade para honrar seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

A liquidez corrente apresentou melhora no período, passando de 0,77 em 2016 para 0,83 em 2018. Ressalta-se que o índice avalia a capacidade da empresa em quitar suas dívidas de curto prazo, sendo que indica quanto de ativo circulante a empresa possui para liquidar cada R\$ 1 de dívida no curto prazo. Neste caso, tendo como referência o número 1, a empresa tem mais obrigações que direitos, não indicando boa liquidez, ou seja, capacidade de pagamento comprometida.

Quando investigada a dependência da empresa dos estoques para honrar seus compromissos de curto prazo, de 2016 para 2018 o índice apresentou variação positiva saindo de 0,60 para 0,68.

Quanto às disponibilidades imediatas da empresa em relação aos seus compromissos de curto prazo, o índice apresentou melhora no período, saindo de 0,10 em 2016 para 0,28 em 2018. Isto significa que a empresa possui R\$ 0,28 de recursos imediatamente disponíveis para liquidar cada R\$ 1 de dívida no curto prazo.

De acordo com os dados analisados, o índice de liquidez geral piorou, enquanto os índices de liquidez corrente, imediata e seca melhoraram. Ressalta-se que assim como no Posto 2, no período de 2017 para 2018 todos os indicadores de liquidez do Posto 3

apresentaram redução, em sua maioria estando abaixo de 1.

4.4 Índices de estrutura de capital

Nesta seção são apresentados os resultados e realizadas as discussões referentes aos índices de estrutura de capital. Segundo Hoji (2017), tais índices demonstram o grau de dependência da empresa com relação a capital de terceiros e o grau de imobilização do capital. Quanto menor estes índices forem, melhor.

4.4.1 Índices de estrutura de capital - Posto 1

O **Quadro 32** apresenta os índices de estrutura de capital obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 1, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 33 - Cálculo dos índices de estrutura de capital – Posto 1.

Cálculo dos Índices de Estrutura de Capital	2.016	2.017	2.018
PCT - Participação de capital de terceiros	PL Negativo	PL Negativo	PL Negativo
Composição do endividamento	41,63%	83,07%	15,80%
Imobilização do capital próprio	PL Negativo	PL Negativo	PL Negativo
Imobilização dos recursos não correntes	PL Negativo	PL Negativo	PL Negativo

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No período investigado a empresa apresentou Patrimônio Líquido negativo, ou seja, uma situação de Passivo a Descoberto, em que todos investimentos efetuados pelos acionistas foram consumidos pela operação, decorrente de fatores tais como: Lucro operacional negativo ou despesas financeiras acima do lucro operacional, que resultam num lucro líquido negativo que aos poucos consome todo o Patrimônio líquido dos acionistas até chegar a um ponto de tornar-se negativo.

A partir deste momento o Capital de terceiros (fornecedores e bancos) passa a financiar a operação da empresa, ficando totalmente inviável a aplicabilidade dos indicadores

de Participação de capitais de terceiros sobre recursos totais, Imobilização do capital próprio e Imobilização dos recursos não correntes.

Quanto à Composição de endividamento, este índice apresentou redução de 41,63% em 2016 para 15,80% em 2018, uma variação percentual de -62,05%. Percebe-se que as dívidas da empresa com terceiros são crescentes, no entanto estão cada vez menos concentradas no curto prazo, ou seja, menor será a pressão para a empresa gerar recursos para honrar seus compromissos no curto prazo.

4.4.2 Índices de estrutura de capital - Posto 2

O **Quadro 33** apresenta os índices de estrutura de capital obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 2, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 34 - Cálculo dos índices de estrutura de capital – Posto 2.

Cálculo dos Índices de Estrutura de Capital	2.016	2.017	2.018
PCT - Participação de capital de terceiros	78,96%	75,47%	80,49%
Composição endividamento	38,01%	17,30%	20,24%
Imobilização do capital próprio	43,83%	30,99%	65,65%
Imobilização de recursos não correntes	12,40%	8,36%	14,47%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No período investigado a empresa apresentou aumento na dependência de capital de terceiros. O endividamento, medido pelo índice de Participação de capitais de terceiros sobre recursos totais, saiu de 78,96% em 2016 para 80,49% em 2018.

Para classificar esse aumento como ruim, é importante analisar qual é a participação da dívida com empréstimos e financiamentos, o prazo de amortização das dívidas, as taxas de juros reais das operações e a capacidade de geração de caixa operacional da empresa. Nota-se que houve um aumento de 66,32% nos empréstimos e financiamentos de longo prazo, enquanto o disponível da empresa apresentou redução de -28,27%.

Quanto à Composição de endividamento, este índice apresentou redução de 38,01% em 2016 para 20,24% em 2018, uma variação percentual de -46,75%. A redução do índice,

teoricamente, oferece uma situação mais tranquila para a empresa quanto à geração de caixa no curto prazo.

O índice de imobilização do capital próprio aumentou consideravelmente de 43,83% em 2016 para 65,65% em 2018, uma variação percentual de 49,78%. Já o índice de imobilização dos recursos não correntes apresentou aumento de 12,40% em 2016, para 14,47% em 2018, uma variação percentual de 16,69%. O aumento nos índices de imobilização, conseqüentemente aumenta a dependência da empresa de capital de terceiros para financiar o ativo circulante necessário para a manutenção dos negócios. Em fase de implantação, expansão da capacidade produtiva do empreendimento ou quando a empresa faz investimentos em modernização para reduzir custos é normal o aumento do ativo permanente. Ressalta-se que o ideal é que seja financiado por recursos de terceiros de longo prazo, para que o prazo de amortização seja compatível com a capacidade de geração de caixa da empresa.

4.4.3 Índices de estrutura de capital - Posto 3

O **Quadro 34** apresenta os índices de estrutura de capital obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 3, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 35 - Cálculo dos índices de estrutura de capital – Posto 3.

Cálculo dos Índices de Estrutura de Capital	2.016	2.017	2.018
PCT - Participação de capital de terceiros	97,13%	87,76%	91,96%
Composição endividamento CP	77,47%	46,43%	65,71%
Imobilização do capital próprio	1.461,73%	217,95%	619,04%
Imobilização de recursos não correntes	169,45%	45,03%	125,56%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No período investigado, o índice de Participação de capitais de terceiros sobre recursos totais no Posto 3, saiu de 97,13% em 2016 para 91,96% em 2018. Uma redução de -5,32%.

O índice de Composição de endividamento, apresentou redução de 77,47% em 2016 para 65,71% em 2018, uma variação percentual de -15,18%. Assim como no Posto 1 e Posto 2, as dívidas da empresa com terceiros são crescentes, no entanto estão cada vez menos

concentradas no curto prazo, um fator positivo que reduz a pressão para a empresa gerar caixa para honrar seus compromissos no curto prazo.

O índice de imobilização do capital próprio reduziu consideravelmente de 1.461,73% em 2016 para 619,04% em 2018, uma variação percentual de -57,65%. O índice de imobilização dos recursos não correntes passou de 169,45% em 2016 para 125,56% em 2018, uma variação percentual de -25,90%. Embora ainda apresente níveis elevados, a redução destes índices são positivas para a empresa.

4.5 Índices de rentabilidade

Nesta seção são apresentados os resultados e realizadas as discussões referentes aos índices de rentabilidade. Para Hoji (2017), os índices de rentabilidade medem o retorno dos capitais investidos, e evidenciam o sucesso (ou insucesso) empresarial. Quanto maior, melhor.

4.5.1 Índices de rentabilidade - Posto 1

O **Quadro 35** apresenta os índices de rentabilidade obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 1, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 36 - Cálculo dos índices de rentabilidade – Posto 1.

Cálculo dos Índices de Rentabilidade	2.016	2.017	2.018
Margem bruta (MB)	8,78%	9,83%	8,54%
Margem líquida (ML)	0,19%	0,49%	0,38%
Rentabilidade do Capital próprio (RCP)	PL Negativo	PL Negativo	PL Negativo
Retorno sobre o Ativo (ROI)	8,44%	12,59%	4,14%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No período investigado a empresa apresentou redução no índice de margem bruta, passando de 8,78% em 2016 para 8,54% em 2018. Este índice demonstra o quanto a empresa obtém de lucro bruto para cada R\$ 1 de receita líquida (o que sobra das receitas brutas de vendas quando subtrai o custo dos produtos e serviços vendidos). Nota-se que o principal fato que ocasionou a redução do índice foi o crescimento da receita líquida em proporção maior

que o crescimento do lucro bruto, 52,75% e 48,51% respectivamente. Chama-se a atenção também para o Custo de Mercadorias Vendidas que aumentou em 53,16%.

O índice de margem líquida que indica qual foi o lucro líquido em relação à receita operacional líquida, apresentou melhora no período, saindo de 0,19% em 2016 para 0,38% em 2018. Isto quer dizer que no último ano conseguiu transformar em lucro R\$ 0,0038 de cada R\$ 1 de vendas líquidas efetuadas. O principal fato que impactou o índice foi o aumento do lucro líquido em 200,95%, bem maior que o crescimento da receita líquida em 52,75%.

A rentabilidade do capital próprio demonstra qual é o retorno sobre o capital investido na empresa, ou seja, quanto a empresa conseguiu gerar de resultado, positivo ou negativo, para cada R\$ 1,00 investido. Como já relatado, a empresa apresentou patrimônio líquido negativo, sendo o valor das obrigações para com terceiros superior ao dos ativos, ou seja, uma situação de Passivo a Descoberto. Porém, quando o Patrimônio Líquido é negativo; não existe mais a característica de Rentabilidade do acionista, e sim um período de reconstrução do capital investimento pelo acionista, pois todo o capital do acionista foi consumido pela operação empresarial tornando-se negativo. Desta forma o indicador perde sua aplicabilidade.

Ressalta-se que de 2016 para 2017, os índices de Margem Bruta, Margem Líquida e Retorno Sobre o Ativo apresentaram uma melhora razoável. Porém de 2017 para 2018 apresentaram piora.

4.5.2 Índices de rentabilidade - Posto 2

O **Quadro 36** apresenta os índices de rentabilidade obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 2, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 37 - Cálculo dos índices de rentabilidade – Posto 2.

Cálculo dos Índices de Rentabilidade	2.016	2.017	2.018
Margem bruta (MB)	9,08%	9,55%	8,13%
Margem líquida (ML)	0,55%	0,82%	-0,60%
Rentabilidade do Capital próprio (RCP)	26,58%	29,52%	-27,60%
Retorno sobre o Ativo (ROI)	5,13%	6,81%	-5,01%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No período investigado a empresa apresentou redução no índice de margem bruta, passando de 9,08% em 2016 para 8,13% em 2018. Isso se deu pelo crescimento da receita líquida em proporção maior que o crescimento do lucro bruto, 14,11% e 2,17%, respectivamente, enquanto o Custo de Mercadorias Vendidas aumentou em 15,30%.

O índice de margem líquida apresentou piora no período, saindo de 0,55% em 2016 para -0,60% em 2018. Isto quer dizer que em 2016 para R\$ 1 de vendas líquidas efetuadas a empresa lucrou R\$ 0,0055 e no último ano de cada R\$ 1 de vendas líquidas efetuadas, a empresa teve prejuízo de R\$ 0,0060. Embora a empresa tenha aumentado sua receita líquida em 14,11% no período, o lucro líquido variou negativamente -223,71%, isso devido às despesas operacionais terem aumentado em 69,34%.

Quanto a rentabilidade do capital próprio, o índice apresentou grande redução, saindo de 26,58% em 2016 para -27,60% em 2018. Tal fato foi evidenciado, pois a empresa apresentou resultado negativo em 2018, ou seja, teve prejuízo em sua operação.

O índice de retorno sobre o ativo também apresentou redução. No período analisado o índice caiu de 5,13% em 2016 para 5,01% em 2018.

Assim como no Posto 1, de 2016 para 2017, os índices do Posto 2 apresentaram melhora e de 2017 para 2018 apresentaram piora.

4.5.3 Índices de rentabilidade - Posto 3

O **Quadro 37** apresenta os índices de rentabilidade obtidos a partir das demonstrações financeiras do Posto 3, encerradas em 31 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

Quadro 38 - Cálculo dos índices de rentabilidade – Posto 3.

Cálculo dos Índices de Rentabilidade	2.016	2.017	2.018
Margem bruta (MB)	9,16%	9,66%	7,82%
Margem líquida (ML)	0,44%	0,79%	0,42%
Rentabilidade do Capital próprio (RCP)	209,02%	70,49%	51,45%
Retorno sobre o Ativo (ROI)	6,00%	8,63%	4,13%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No período investigado a empresa apresentou redução no índice de margem bruta,

passando de 9,16% em 2016 para 7,82% em 2018. Assim como no Posto 1 e Posto 2, houve variação da receita líquida em proporção maior que o crescimento do lucro bruto, 16,32% e -0,66%, respectivamente, enquanto o Custo de Mercadorias Vendidas aumentou em 18,03%.

O índice de margem líquida apresentou piora no período, saindo de 0,44% em 2016 para 0,42% em 2018. Isto quer dizer que de 2016 para 2018, a cada R\$ 1 de vendas líquidas efetuadas a empresa lucrou R\$ 0,0002 a menos, ou seja R\$ 0,02 a cada R\$ 100,00. Mesmo tendo aumentado sua receita líquida em 16,11% no período, o lucro líquido variou apenas 10,15%, isso devido as despesas operacionais terem aumentado em 21,30%.

Quanto à rentabilidade do capital próprio, o índice apresentou grande redução, saindo de 209,02% em 2016 para 51,45% em 2018. Tal fato foi evidenciado pois a empresa apresentou percentual de crescimento do patrimônio líquido superior ao percentual de crescimento de seu resultado líquido, 347,51% e 10,15%, respectivamente. A principal conta que impactou o patrimônio líquido da empresa foi a conta Lucros/Prejuízos acumulados que em 2016 era negativa de R\$ -57.533,64 e fechou 2018 positiva em R\$ 610.061,52.

Assim como os demais índices, o índice de retorno sobre o ativo também apresentou redução. No período analisado o índice caiu de 6,00% em 2016 para 4,13% em 2018. A explicação é que a empresa apresentou percentual de crescimento do ativo superior ao percentual de crescimento de seu resultado líquido, 60,04% e 10,15%, respectivamente. As principais contas que impactaram o ativo da empresa foram as aplicações de liquidez imediata que cresceram 481,77% e o imobilizado que cresceu 91,72%.

Assim como nos Posto 1 e 2, de 2016 para 2017, com exceção da Rentabilidade do Capital Próprio, os índices do Posto 3 apresentaram melhora e de 2017 para 2018 apresentaram piora.

4.6 Entrevista aplicada aos gestores da rede de postos

Nessa seção, são apresentados os resultados relacionados à entrevista aplicada a três gestores da instituição, conforme modelo constante no **APÊNDICE A**.

Para preservar a identidade dos respondentes, estes foram denominados como G1, G2 e G3.

A) Parte 1 – Identificação.

Foram aplicadas 4 questões afim de identificar informações relevantes a respeito dos

gestores. Tais informações são apresentadas no **Quadro 38**.

Quadro 39 – Identificação dos respondentes.

Respondente	1. Sexo	2. Faixa Etária	3. Escolaridade	4. Tempo de Serviço
G1	Feminino	Entre 25 e 30 anos	Ensino Superior Incompleto	De 3 a 8 anos
G2	Masculino	Entre 51 e 60 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Acima de 20 anos
G3	Feminino	Entre 51 e 60 anos	Ensino Superior Completo	Acima de 20 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A seguir são apresentados os resultados levantados mediante a aplicação de uma entrevista contendo nove questões, a fim de identificar a importância da análise financeira na visão dos gestores da rede de postos de combustíveis.

QUESTÃO 1: Atualmente quais demonstrações são utilizadas pela empresa?

Esta pergunta teve por objetivo identificar quais as demonstrações contábeis são utilizadas na empresa. Os gestores responderam da seguinte forma:

G1: Balanço, DRE, Demonstração fluxo de caixa.

G2: Sou Diretor de Operações, não atuo na área administrativa. Grupo faz fechamento mensal de DRE.

G3: Demonstração de Resultado do exercício (DRE), Balanço.

Percebe-se que os gestores dão maior ênfase em duas demonstrações contábeis, que são: Balanço patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício. Os três responderam que utilizam DRE, dois responderam que utilizam Balanço e apenas um lembrou do Fluxo de caixa.

Os gestores dão ênfase em apenas três demonstrações, no entanto conforme a NBC TG 26 (Item 10 p. 5) aprovada em 2011, o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui: Balanço patrimonial, Demonstração do resultado, Demonstração do resultado abrangente do período, Demonstração das mutações do patrimônio líquido, Demonstração dos fluxos de

caixa e Demonstração do valor adicionado do período, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo apresentada voluntariamente.

QUESTÃO 2: No seu ponto de vista, quais as principais informações fornecidas pelas demonstrações contábeis?

Esta pergunta teve por objetivo identificar qual o ponto de vista dos gestores, sobre quais as principais informações fornecidas pelas demonstrações contábeis. Os gestores responderam da seguinte forma:

G1: Saldo de Clientes, saldo de caixa, faturamento, lucro do exercício.

G2: Rentabilidade, capacidade de geração de caixa.

G3: Receitas, patrimônio, Despesas.

Percebe-se nas respostas que na visão dos gestores as principais informações fornecidas pelas demonstrações contábeis são informações sobre a situação financeira e patrimonial da empresa, revelando o saldo de contas a receber, saldo de caixa, faturamento da empresa, o lucro gerado pelas operações, as despesas e a evolução do patrimônio.

As respostas dos gestores vão de encontro com a NBC TG 26 (Item 9 p. 5) aprovada em 2011, que defende que as demonstrações contábeis possuem como objetivo, proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. Assaf Neto e Lima (2015), ainda complementam que através das demonstrações, é possível obter conclusões sobre a efetiva situação da empresa.

QUESTÃO 3: Você enquanto gestor analisa estas demonstrações contábeis? Se sim, faz com qual periodicidade?

Esta pergunta teve por objetivo identificar se os gestores analisam as demonstrações contábeis e com qual periodicidade. Os gestores responderam da seguinte forma:

G1: Sim. Analiso DRE mensalmente e balanço patrimonial, mas não são os da contabilidade e sim as demonstrações financeiras gerenciais que no fim do período fecham com a contabilidade.

G2: Não.

G3: Analiso o DRE. Quinzenal.

Percebe-se que o G1 e G3 responderam que analisam a Demonstração de Resultado do Exercício. O G1 analisa mensalmente, enquanto o G3 a cada quinze dias. O G1 acrescenta que analisa também o Balanço e que essas demonstrações não são as contábeis, mas sim as gerenciais.

O G2 respondeu que não analisa as demonstrações contábeis da empresa. Este fato pode ser relacionado com a resposta do próprio G2 na pergunta 1, em que relata “Sou Diretor de Operações, não atuo na área administrativa. Grupo faz fechamento mensal de DRE.”

Quanto aos gestores analisarem as demonstrações contábeis e a periodicidade das análises, estão de acordo com o que defende Silva (2019), que as análises das demonstrações devem ser realizadas de forma a extrair informações, e fornecê-las para os gestores e administradores da empresa para que possam adotar as medidas corretivas quando necessárias, e realizar o acompanhamento seja ele mensal, trimestral ou semestral.

QUESTÃO 4: Quais são as técnicas utilizadas pela empresa para análise das demonstrações contábeis?

Esta pergunta teve por objetivo identificar quais são as técnicas utilizadas pela empresa para análise das demonstrações contábeis. Os gestores responderam da seguinte forma:

Quadro 40 – Técnicas utilizadas para análise das demonstrações contábeis.

Respondente	Técnicas utilizadas para análise das demonstrações contábeis			
	Análise Horizontal	Análise Vertical	Índices Financeiros	Nenhum
G1			X	
G2	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
G3			X	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Percebe-se que o G1 e G3 responderam que utilizam a análise de índices financeiros como técnica de análise das demonstrações contábeis. O G2 não respondeu a Questão 4.

As respostas dos gestores G1 e G2 vão de encontro com Assaf Neto e Lima (2015), que defendem que a técnica mais comum empregada na análise das demonstrações financeiras baseia-se na apuração de índices econômico-financeiros.

QUESTÃO 5: Ainda sobre a questão anterior. Caso utilizem os Indicadores Financeiros, quais são praticados pela empresa?

Esta pergunta teve por objetivo identificar quais indicadores financeiros são praticados pela empresa. Os gestores responderam da seguinte forma:

Quadro 41 – Indicadores Financeiros praticados pela empresa.

Respondente	Indicadores Financeiros praticados pela empresa		
	Índice de Liquidez	Índice de Estrutura de Capital ou Endividamento	Índice de Lucratividade ou Rentabilidade
G1			X
G2	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
G3		X	X

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Percebe-se que o G1 e G3 responderam que realizam a análise de índices financeiros por meio do Índice de Lucratividade ou Rentabilidade. O G1 acrescenta que utiliza também do Índice de Estrutura de Capital ou Endividamento. O G2 não respondeu a Questão 5.

Para Assaf Neto (2015) existe inúmeros índices que podem ser utilizados pela empresa para analisar e acompanhar seu desempenho, no entanto, para Hoji (2017), os principais índices utilizados em análise de empresas são: os índices de estrutura de capital, liquidez e rentabilidade. Tais afirmações foram evidenciadas nas respostas dos gestores G1 e G3.

QUESTÃO 6: As análises suprem as necessidades no quesito auxílio na tomada de decisões?

Esta pergunta teve por objetivo identificar se as análises suprem as necessidades no quesito auxílio na tomada de decisões. Os gestores responderam da seguinte forma:

G1: Sim. Para compra/aquisição de imóveis, imobilizados analisamos os índices gerenciais.

G2: Sem Resposta.

G3: Sim.

Percebe-se que para o G1 e G3 as análises suprem as necessidades para a tomada de

decisões. O G1 acrescenta ainda que as análises fornecem subsídios para decisões como a compra/aquisição de imóveis e imobilizados, sendo que para isto recorre aos índices gerenciais. O G2 não respondeu a Questão 6.

Junior e Begalli (2015) afirmam que a análise das demonstrações, tem objetivo de extrair informações destas para a tomada de decisões, sendo uma ferramenta poderosa à disposição das partes relacionadas da empresa, como acionistas, dirigentes, bancos, fornecedores, clientes e outros. Desta forma percebe-se nas respostas dos gestores G1 e G3 que o objetivo da análise das demonstrações está sendo cumprido, quando relatam que as análises auxiliam nas tomadas de decisões.

QUESTÃO 7: Quais os principais indicadores utilizados pela entidade para tomar as suas decisões, quer de investimento quer de financiamento?

Esta pergunta teve por objetivo identificar quais os principais indicadores utilizados pela entidade, para tomar as suas decisões de investimento e financiamento. Os gestores responderam da seguinte forma:

G1: É analisado se a empresa tem capital para aporte de aquisição e financiamento do negócio.

G2: Se o grupo possui capital para efetuar o negócio sem deixar atrapalhar o funcionamento do que já existe.

G3: Análise de Endividamento, DRE.

Percebe-se nas respostas dos três gestores que os principais indicadores utilizados estão voltados para a gestão da Estrutura de Capital ou Endividamento da empresa, ou seja, demonstram preocupação se a empresa tem capital para aporte de aquisição e financiamento do negócio, sem deixar impactar na operação já existente.

Para Silva (2019), os índices de estrutura de capital estão relacionados às decisões de financiamento e investimento, demonstrando as decisões financeiras tomadas pelas empresas na obtenção e aplicação de seus recursos. Desta forma percebe-se nas respostas dos gestores G1, G2 e G3 a importância da utilização dos índices de estrutura de capital nas decisões de financiamento e investimento.

QUESTÃO 8: No seu ponto de vista, quais as vantagens de se realizar a análise financeira de sua empresa?

Esta pergunta teve por objetivo identificar o ponto de vista dos gestores sobre quais as vantagens de se realizar a análise financeira de sua empresa. Os gestores responderam da seguinte forma:

G1: Análise financeira nos resguarda de não desprender capital mais do que podemos. Sem análise financeira a empresa pode chegar em uma situação crítica a ponto de não conseguir arcar com a demanda.

G2: A vantagem é que a decisão de investir ou não, é correta.

G3: Ver a real situação financeira e tomada de decisão assertiva.

Percebe-se nas respostas dos três gestores que as vantagens de se realizar a análise financeira da empresa, está em fornecer condições para uma tomada de decisão mais assertiva na administração da estrutura de capital e na avaliação da situação financeira da empresa.

O ponto de vista dos gestores está de acordo com Martins, Diniz e Miranda (2018), que defendem que na análise de uma empresa, o objetivo consiste em verificar sua rentabilidade e se ela apresenta liquidez, ou seja, se a empresa apresenta capacidade de honrar com suas obrigações.

QUESTÃO 9: Possui alguma dificuldade em utilizar as informações contábeis? Se sim, quais dificuldades?

Esta pergunta teve por objetivo identificar se os gestores possuem alguma dificuldade em utilizar as informações contábeis e quais seriam essas dificuldades. Os gestores responderam da seguinte forma:

G1: Sim. Análise de balanço por falta de conhecimento.

G2: Não tenho conhecimento.

G3: Dificuldade em análise de balanço.

Percebe-se nas respostas dos três gestores que possuem dificuldade em utilizar as informações contábeis, sendo que os gestores G1 e G2 enfatizam a falta de conhecimento.

Segundo Assaf Neto (2015), as análises visam relatar a posição econômico-financeira atual da empresa, através das informações contábeis fornecidas. Pela análise pode-se extrair informações sobre a posição passada, presente e futura de uma empresa. Desta forma percebe-se que os gestores necessitam estar atentos ao caminho seguido pela empresa e às possíveis

tendências, para que possam tomar decisões de financiamento e investimento de forma assertiva.

4.6 Parecer contábil

O parecer refere-se à análise e comentários da condição econômico-financeira de três postos de combustíveis localizados na região Centro-Oeste de Minas Gerais, num período de três anos, datados do exercício social findo em 31-12-2016 até o exercício social encerrado em 31-12-2018, utilizando-se das principais demonstrações financeiras: o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Para tanto, utilizou-se da técnica de análise de indicadores econômico-financeiros, em que analisou-se os índices de liquidez, estrutura de capital e rentabilidade.

Os postos 1 e 3 apresentaram ao longo dos três anos analisados um crescente volume de recursos em caixa, aumentando substancialmente sua participação no ativo da empresa. Já o Posto 2 apresentou movimento contrário reduzindo seus recursos em caixa, tanto em valores absolutos, quanto em percentual de participação do ativo total da empresa. Observa-se que a unidade também foi a única que reduziu quase em -50,99% seus fornecedores, enquanto os Postos 1 e 3 aumentaram 69,80% e 154,35%, respectivamente. Desta forma, considerando a média dos três anos o Posto 2 foi a unidade que apresentou melhor condição para liquidar suas obrigações de curto prazo, com um índice de liquidez média de 2,36 frente a 0,94 do Posto 1 e 0,38 do Posto 3.

Em relação à política de estoques esta não mostrou-se acentuada em termos percentuais. Sempre com crescimento aquém da evolução de contas, como clientes e disponível, pouco impactou nos índices de liquidez seca. Na média dos três anos analisados, o Posto 2 novamente se sobressai apresentando liquidez seca média de 4,06 frente a 2,23 do Posto 1 e 0,94 do Posto 3.

Já a política de crédito da empresa pode ter se mostrado mais expansionista, ao verificar o crescente volume das contas clientes/cartões ao longo dos três anos analisados. Um aumento considerável nas vendas da empresa também explicaria tal evolução. Isso fez com que a empresa apresentasse melhora na liquidez corrente nos três postos, sendo que na média o Posto 2 novamente apresentou melhores resultados, com uma liquidez corrente média de 4,49 frente a 2,74 do Posto 1 e 1,13 do Posto 3.

Verificado estes importantes grupos de contas (Disponível, Clientes e Estoques), considerando a capacidade de pagamento no curto, médio e longo prazo, chama-se a atenção

para o Posto 2 que se destaca dos demais. Avaliando sua liquidez geral na média do período analisado, a unidade se sobressai com liquidez geral média de 1,14 frente a 0,76 do Posto 1 e 0,66 do Posto 2. A referência para tais indicadores é que sejam maior que 1,00 e que quanto maiores, melhores serão para indicar a situação financeira da empresa.

No que tange a estrutura de capital, observa-se nos três postos uma predominância de capitais de terceiros financiando os ativos da empresa, com destaque para os empréstimos e financiamentos bancários, que representam a maior participação percentual nas obrigações de longo prazo, resultando assim, no aumento do fator de risco da empresa. Verifica-se também, uma maior concentração de suas obrigações para com terceiros no longo prazo, com destaque para os financiamentos bancários, que do ano de 2016 a 2018 sofreu uma variação percentual de 452,75% no Posto 1, 66,32% no Posto 2 e 130,63% no Posto 3. A redução no índice de composição do endividamento, se mostra favorável à empresa, pois menor será a pressão para a empresa gerar recursos para honrar seus compromissos no curto prazo.

Os Postos 1, 2 e 3 apresentaram elevados índices de imobilização, conseqüentemente, fato que aumenta a dependência da empresa de capital de terceiros para financiar o ativo circulante necessário para a manutenção dos negócios. Como já discutido, em fase de implantação, expansão da capacidade produtiva do empreendimento ou quando a empresa faz investimentos em modernização, para reduzir custos é normal o aumento do ativo permanente, ressalta-se que o ideal é que seja financiado por recursos de terceiros de longo prazo, para que o prazo de amortização seja compatível com a capacidade de geração de caixa da empresa. Fato comprovado no aumento substancial dos empréstimos e financiamentos bancários.

Com relação à análise econômica os três postos apresentaram evolução nas receitas de vendas. No entanto, em todos os postos os custos de mercadorias vendidas aumentaram em proporção maior que a própria receita, diminuindo assim o lucro bruto das unidades. Outra análise importante de se fazer é em relação às despesas operacionais, que nos Postos 2 e 3 cresceram em proporção maior que as receitas de vendas, e no Posto 1 teve evolução abaixo das receitas. Chama-se a atenção também para as despesas financeiras que na média, representam 1,18% do faturamento no Posto 1, 1,47% no Posto 2 e 1,13% no Posto 3. Tais fatos contribuíram para a piora nos indicadores de margem bruta, margem líquida, retorno sobre o capital próprio e retorno sobre o ativo das três unidades.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar a situação econômico-financeira de uma rede de três postos de combustíveis localizados na Região do Centro-Oeste de Minas Gerais, por meio de estudo das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício), realizando análise financeira no período de 2016 a 2018.

Isso foi possível através do levantamento bibliográfico acerca do tema, a elaboração, aplicação e análise dos dados obtidos nos documentos institucionais e dos dados obtidos através da entrevista aplicada junto a três gestores da rede de postos de combustíveis.

Em resposta ao primeiro objetivo específico que foi coletar os demonstrativos contábeis, do período de 2016 a 2018; foram apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício elaborado pelos postos de combustíveis, referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018, coletados diretamente na empresa e fornecidos pelos gestores da mesma.

Quanto ao segundo objetivo específico que foi realizar análise horizontal e vertical dos demonstrativos, realizou as análises das evoluções das demonstrações contábeis da empresa nos anos de 2016, 2017 e 2018. Verificou-se que o ativo total das três unidades cresceu em ritmo acelerado no período investigado, alavancado pelos aumentos significativos nas contas disponível, clientes e estoques. No passivo o destaque foi o crescimento acentuado dos fornecedores e empréstimos e financiamentos bancários de longo prazo. Quanto a DRE, chama-se a atenção para o crescimento dos custos de mercadorias vendidas e despesas operacionais em proporção superior ao crescimento das receitas, reduzindo assim a variação do lucro líquido.

Em relação ao terceiro objetivo específico, foram calculados os índices de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital, a fim de demonstrar a situação econômica e financeira dos três postos de combustível estudados. Os indicadores mostraram que o Posto 1 melhorou sua capacidade de pagamento no curto, médio e longo prazo; melhorou a composição do endividamento, concentrando mais suas dívidas no longo prazo; e melhorou sua margem líquida. Chama-se a atenção para o constante aumento do endividamento, aumento das despesas financeiras, aumento dos custos de mercadorias vendidas e aumento das despesas operacionais.

O Posto 2 por sua vez, melhorou sua capacidade financeira de pagamento no curto e médio prazo, mas viu essa capacidade no longo prazo se deteriorar; melhorou a composição

do endividamento, prolongando o vencimento de suas dívidas, porém aumentou a participação do capital de terceiros no negócio e a imobilização.

Não obstante, o Posto 3 melhorou sua capacidade de pagamento no curto, médio e longo prazo, considerando os índices de liquidez; melhorou a estrutura de capital reduzindo o endividamento no curto prazo, a participação do capital de terceiros e o grau de imobilização.

Realizando o comparativo dos resultados entre os três postos de combustíveis da rede estudada nos anos 2016, 2017 e 2018, verificou-se que a unidade de melhor situação de liquidez e estrutura de capital é o Posto 2, enquanto a unidade de melhor rentabilidade é o Posto 1. O Posto 3 é caracterizado por baixos índices de liquidez e elevados índices de endividamento e imobilização.

Quanto à importância da análise financeira na visão dos gestores, verificou-se que embora encontrem dificuldades em utilizar as informações contábeis para fins de análise, percebem as vantagens em realizá-la, para obter melhores condições para uma tomada de decisão mais assertiva na administração da estrutura de capital e na avaliação da situação financeira da empresa.

A partir da análise e discussão dos resultados, pode-se confirmar os objetivos e então responder à questão de investigação. Concluiu-se que a análise das demonstrações contábeis se mostra importante para a gestão das empresas, pois permite conhecer o desempenho empresarial e melhorar seus resultados em períodos futuros, tornando-se uma ferramenta de gerenciamento do negócio para a tomada de decisões.

Com base nos resultados e conclusões aqui discutidos, pôde-se confirmar a hipótese de que as análises financeiras possibilitam o reconhecimento da real situação dos postos estudados, uma vez que a rede vem adquirindo novas unidades e ampliando sua participação no mercado, visto que Marion (2015) ressalta que a contabilidade além de fornecer o máximo de informações, também auxilia na tomada de decisões dentro e fora da empresa, fornecendo relatórios baseados em demonstrativos contábeis, que relatam exatamente a situação econômico-financeira da empresa.

Para enriquecimento do tema neste trabalho discutido, sugere-se a comparação dos resultados com padrões de indicadores de outras empresas do setor, para inferir se são satisfatórios ou não. Recomenda-se também a análise mais detalhada das demonstrações financeiras, como exemplo por meio dos índices de atividade, ciclo operacional, econômico e financeiro, bem como a análise do capital de giro, a fim de identificar dados que possam ser transformados em informações relevantes para a tomada de decisão e que possibilitem aos

gestores estabelecer melhores políticas de financiamento e investimento que agreguem valor ao empreendimento.

REFERÊNCIAS

ANP. **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/>> Acesso em: 10 out. 2019.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação Latu Sensu**. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>; Acesso em: 16 jun. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>; Acesso em: 16 jun. 2019.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

HENRIQUE, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9. ed. rev. reform. São Paulo: Atlas, 2017.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras e orçamento empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JAMES, M. Reeve *.et al.* **Fundamentos de contabilidade: princípios**. Tradução: Pedro Cesar de Conti. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. 3. Reimp. São Paulo: Atlas 2019.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**: contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise avançada das demonstrações contábeis**: uma abordagem crítica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. 3. Reimp. São Paulo: Atlas, 2019.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade geral facilitada**. São Paulo: Método, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade introdutória e intermediária**. 10. ed. 2 Reimp. São Paulo: Atlas, 2018.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração e análise das demonstrações financeiras**. 5. ed. São Paulo: atlas, 2015.

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações Financeiras**: mudança na lei das sociedades por ações: como era e como ficou. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SEBRAE. **Setor de combustíveis**. 2017

Disponível em: <<https://www.brasilpostos.com.br/artigos/como-montar-seu-negocio/como-montar-um-posto-de-combustivel-sebrae/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de Conteúdo**: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. Brasília: ANPAD, 2013. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ129.pdf&sa=U&ved=0ahUKEwj1n4aEqvTMAhXEjz4KHavdC44QFggcMAc&usg=AFQjCNG03_P4FiCpB3aiablGd8ajm2LEAA>; Aceso em: 10 out. 2019.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Revisão atualizada. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da USFC, 2005.

SILVA, Alexandre Alcântara de. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5 ed. 2. Reimp. São Paulo: Atlas, 2019.

SOUZA, Ailton Fernando de *et al.* **Análise financeira das demonstrações contábeis na prática**. São Paulo: Trevisan, 2015.

SWERTS, Mário Sérgio Oliveira (Org.). **Manual para elaboração de trabalhos científicos**. Alfenas: UNIFENAS, 2014. Disponível em: <<http://www.unifenas.br/pesquisa/manualmetodologia/normasdepublicacoes.pdf>>; Acesso em: 06 maio 2016.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade básica**. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista para pesquisa.....97

APÊNDICE A - Entrevista para pesquisa.

Entrevista

Está sendo realizada uma pesquisa em um Rede de Postos de Combustível com o objetivo de realizar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Ciências Contábeis na FASF.

A pesquisa refere-se à Análise Financeira dos Demonstrativos Contábeis, objetivando identificar a situação econômico-financeira dos postos em estudo.

Todas as respostas são confidências, portanto, não é necessário se identificar. Sua contribuição é muito importante.

Parte I – Identificação

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Faixa Etária:
 - () Até 24 anos
 - () Entre 25 á 30 anos
 - () Entre 31 á 40 anos
 - () Entre 41 á 50 anos
 - () Entre 51 á 60 anos

3. Escolaridade:
 - () Ensino Fundamental Incompleto
 - () Ensino Fundamental Completo
 - () Ensino Médio Incompleto
 - () Ensino Médio Completo
 - () Ensino Superior Incompleto
 - () Ensino Superior Completo

4. Tempo de Serviço:
 - () Até 2 anos
 - () De 2 á 5 anos
 - () De 5 á 8 anos
 - () De 8 á 10 anos

() Acima de 10 anos.

Parte II – Perguntas

1. Atualmente quais demonstrações são utilizadas pela empresa?

2. No seu ponto de vista, quais as principais informações fornecidas pelas demonstrações contábeis?

3. Você enquanto gestor analisa estas demonstrações contábeis? Se sim, faz com qual periodicidade?

4. Quais são as técnicas utilizadas pela empresa para análise das demonstrações contábeis?

- () Análise Horizontal
- () Análise Vertical
- () Indicadores Financeiros
- () Nenhum

5. Ainda sobre a questão anterior. Caso utilizem os Indicadores Financeiros, quais são praticados pela empresa?

- () Índice de Liquidez
- () Índice de Estrutura de Capital ou Endividamento
- () Índice de Lucratividade ou Rentabilidade

6. As análises suprem as necessidades no quesito auxílio na tomada de decisões?

7. Quais os principais indicadores utilizados pela entidade para tomar as suas decisões, quer de investimento quer de financiamento?

-
8. No seu ponto de vista, quais as vantagens de se realizar a análise financeira de sua empresa?

9. Possui alguma dificuldade em utilizar as informações contábeis?

Não

Sim

Se sim, quais dificuldades?

Agradeço a sua participação!

ANEXOS

ANEXO I – Balanço Patrimonial – Ativo – Posto 1.	101
ANEXO II – Balanço Patrimonial – Passivo – Posto 1.	101
ANEXO III – Demonstração de Resultado do Exercício – Posto 1.....	102
ANEXO IV – Balanço Patrimonial – Ativo – Posto 2.	102
ANEXO V – Balanço Patrimonial – Passivo – Posto 2.....	103
ANEXO VI – Demonstração de Resultado do Exercício – Posto 2.....	103
ANEXO VII – Balanço Patrimonial – Ativo – Posto 3.....	104
ANEXO VIII – Balanço Patrimonial – Passivo – Posto 3.....	104
ANEXO IX – Demonstração de Resultado do Exercício – Posto 3.....	105

ANEXO I – Balanço Patrimonial – Ativo – Posto 1.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018
ATIVO	1.223.944	2.774.504	7.507.474
ATIVO CIRCULANTE	1.020.526	2.559.295	7.251.498
Disponível	- 541.727	105.099	4.133.919
Caixa	15.666	- 11.250	536.837
Bancos conta movimento	- 557.393	104.041	1.198.097
Aplicações de liquidez imediata	-	12.308	2.398.985
Ativo realizável a curto prazo	1.549.412	2.445.551	3.112.181
Clientes	551.066	1.273.584	1.529.041
Seguros a vencer	2.709	3.066	2.381
Cartão de crédito	423.625	460.082	768.244
Aplicações financeiras	373		
Adiantamentos	955	955	15.458
Tributos e contribuições a compensar	12.143	18.741	63.646
Empréstimos a terceiros	5.780		
Estoques	552.762	689.122	733.412
Despesas do exercício seguinte	12.841	8.646	5.398
ICMS a recuperar	12.841	8.646	5.398
ATIVO NÃO CIRCULANTE	203.418	215.209	255.976
Ativo realizável a longo prazo	-	-	50.000
Investimentos	16.700	20.900	21.000
Imobilizado	186.718	194.309	184.976

ANEXO II – Balanço Patrimonial – Passivo – Posto 1.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018
PASSIVO	1.223.944	2.774.504	7.507.474
PASSIVO CIRCULANTE	826.720	2.647.327	1.202.083
Fornecedores	548.803	901.758	931.887
Empréstimos e financiamentos	230.129	1.678.777	2.055
Obrigações trabalhistas	44.281	66.451	229.344
Obrigações tributárias	3.507	341	38.797
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.158.999	539.679	6.406.392
Empréstimos e financiamentos	1.158.999	539.679	6.406.392
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	- 761.774	- 412.503	- 101.001
Capital social	200.000	200.000	200.000
Reservas de lucros	- 961.774	- 612.503	- 301.001
Prejuízos acumulados	- 1.065.123	- 1.126.200	- 1.218.126
Reservas de lucros	103.349	513.697	917.125

ANEXO III – Demonstração de Resultado do Exercício – Posto 1.

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2017	2018
Receita Bruta	53.667.997	70.963.038	81.971.619
(-) Deduções	133.352	155.150	196.157
(=) Receita Líquida	53.534.645	70.807.887	81.775.461
(-) Custo de Mercadorias Vendidas	48.832.298	63.850.728	74.791.774
(=) Lucro Bruto	4.702.347	6.957.159	6.983.687
(-) Despesas Operacionais	4.856.511	6.688.181	6.790.242
(-) Despesas Administrativas	63.360	67.464	68.688
(-) Despesas Comerciais	4.146.503	5.983.452	6.133.877
(-) Despesas Tributárias	119.882	157.402	115.761
(+) Outras Receitas Operacionais	526.765	479.863	471.915
(-) Outras despesas operacionais			
(=) Lucro Operacional	899.367	1.228.705	1.137.277
(+) Receitas não operacionais (alienações de bens)			
(-) Despesas não operacionais			9.171
(-) Despesas Financeiras	803.366	784.147	767.449
(+) Receitas Financeiras	28.216	22.606	64.008
(=) LAIR	124.217	467.163	424.665
(-) Provisão IRPJ/CSLL	20.869	117.892	113.637
(=) Lucro líquido	103.349	349.271	311.028

ANEXO IV – Balanço Patrimonial – Ativo – Posto 2.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018
ATIVO	2.948.012	3.500.705	3.738.217
ATIVO CIRCULANTE	2.647.394	3.199.322	2.121.806
Disponível	1.426.272	1.729.408	1.023.034
Caixa	1.378.528	1.379.856	6.198
Bancos conta movimento	19.580	189.781	244.187
Aplicações de liquidez imediata	28.163	159.770	772.649
Ativo realizável a curto prazo	1.219.536	1.469.923	1.083.121
Clientes	508.950	674.731	324.411
Cartões	317.853	436.247	432.075
Seguros a vencer	7.407	11.622	3.977
Adiantamentos	11.803	4.700	23.244
Tributos e contribuições a compensar	109.124	64.843	48.161
Empréstimos a terceiros	12.664	-	-
Estoques	251.735	277.779	251.253
Despesas do exercício seguinte	1.586	- 8	15.652
ICMS a recuperar sobre imobilização	1.586	- 8	15.652
ATIVO NÃO CIRCULANTE	249.516	250.281	1.565.309
Ativo realizável a longo prazo	-	-	1.120.000
Investimentos	29.871	29.871	30.371
Imobilizado	219.645	220.410	414.938
Contas de compensação	51.102	51.102	51.102

ANEXO V – Balanço Patrimonial – Passivo – Posto 2.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018
PASSIVO	2.948.012	3.500.705	3.738.217
PASSIVO CIRCULANTE	884.638	456.961	608.849
Fornecedores	844.068	376.191	413.717
Empréstimos e financiamentos	-	-	33
Obrigações trabalhistas	28.863	62.655	188.541
Obrigações tributárias	12.133	7.176	6.558
Seguros a pagar	- 426	10.939	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.443.043	2.185.000	2.400.000
Empréstimos e financiamentos	1.443.043	2.185.000	2.400.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	569.230	807.642	678.265
Capital social	800.000	800.000	858.000
Reservas de lucros	- 230.770	7.642	- 179.735
Prejuízos acumulados	- 620.929	620.929	970.415
Reservas de lucros a realizar	390.159	628.571	790.681
Contas de compensação	51.102	51.102	51.102

ANEXO VI – Demonstração de Resultado do Exercício – Posto 2.

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2017	2018
Receita Bruta	27.474.274	29.084.785	31.345.986
(-) Deduções	59.669	53.105	64.409
(=) Receita Líquida	27.414.605	29.031.680	31.281.577
(-) Custo de Mercadorias Vendidas	24.925.914	26.258.542	28.738.831
(=) Lucro Bruto	2.488.691	2.773.138	2.542.747
(-) Despesas Operacionais	2.272.419	2.361.783	3.848.226
(-) Despesas Administrativas	40.320	36.300	36.684
(-) Despesas Comerciais	1.975.116	2.105.156	3.152.074
(-) Despesas Tributárias	70.719	46.851	79.413
(+) Outras Receitas Operacionais	180.719	173.476	580.055
(-) Outras despesas operacionais	5.545	-	-
(=) Lucro Operacional	577.710	758.306	- 145.369
	517.008	571.609	584.606
(+) Receitas não operacionais (alienações de bens)	12.719	5.430	
(-) Despesas Financeiras	451.065	518.828	304.373
(+) Receitas Financeiras	53.225	45.776	280.233
(+) Receitas com participações societárias	-	1.575	
(=) LAIR	192.589	292.259	- 169.509
(-) Provisão IRPJ/CSLL	41.264	53.846	17.699
(=) Lucro líquido	151.325	238.413	- 187.209

ANEXO VII – Balanço Patrimonial – Ativo – Posto 3.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018
ATIVO	8.450.444	11.710.944	13.524.337
ATIVO CIRCULANTE	4.906.243	8.586.547	6.807.360
Disponível	635.804	3.599.906	2.307.756
Caixa	16.937	289.603	75.820
Bancos conta movimento	251.194	527.404	92.938
Aplicações de liquidez imediata	367.674	2.782.900	2.138.998
Ativo realizável a curto prazo	4.209.143	4.973.561	4.499.604
Clientes/cartões	2.735.612	3.636.832	3.084.898
Seguros a vencer	7.897	10.798	8.089
Adiantamentos		8.685	23.838
Tributos e contribuições a compensar	362.238	33.529	82.042
Empréstimos a terceiros	26.526	- 20.279	
Estoques	1.076.869	1.303.994	1.274.165
Despesas do exercício seguinte	61.296	13.080	
ICMS a recuperar	61.296	13.080	26.573
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.544.201	3.124.397	6.716.977
Ativo realizável a longo prazo	-	-	
Investimentos	84.096	84.096	84.396
Imobilizado	3.458.955	3.039.151	6.631.432
Intangíveis (Marcas e patentes)	1.150	1.150	1.150

ANEXO VIII – Balanço Patrimonial – Passivo – Posto 3.

BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2017	2018
PASSIVO	8.450.444	11.710.944	13.524.337
PASSIVO CIRCULANTE	6.358.903	4.771.702	8.172.330
Fornecedores	2.322.016	1.283.135	5.905.967
Empréstimos e financiamentos bancários	976.074	263.406	98.026
Empréstimos e financiamentos de terceiros	1.300.000		1.170.000
Obrigações trabalhistas	146.077	190.610	466.657
Obrigações tributárias	61.201	- 6.917	41.133
Seguros a pagar	3.707	5.927	3.172
Aluguéis a pagar	-	-	710
Cheques em trânsito	1.449.828	1.835.543	-
Empréstimos e financiamentos curto prazo	100.000	1.200.000	486.666
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.849.075	5.505.710	4.264.446
Empréstimos e financiamentos	1.849.075	5.505.710	4.264.446
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	242.466	1.433.531	1.085.062
Capital social	300.000	300.000	300.000
Lucros/Prejuízos acumulados	- 57.534	958.531	610.062
Prejuízo a partir 01/01/94	- 3.838.376	- 4.439.538	- 4.733.205
Lucros/Prejuízos acumulados	3.780.843	5.398.069	5.343.267
Ajuste de períodos anteriores		175.000	175.000
Contas de compensação			2.500

ANEXO IX – Demonstração de Resultado do Exercício – Posto 3.

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2017	2018
Receita Bruta	115.666.476	128.303.010	134.522.080
(-) Deduções	321.473	324.777	353.871
(=) Receita Líquida	115.345.003	127.978.233	134.168.209
(-) Custo de Mercadorias Vendidas	104.776.832	115.619.966	123.669.846
(=) Lucro Bruto	10.568.170	12.358.267	10.498.363
(-) Despesas Operacionais	10.037.602	14.457.305	12.175.787
(-) Despesas Administrativas	170.081	182.920	155.382
(-) Despesas Comerciais	8.341.464	11.849.171	10.093.482
(-) Despesas Tributárias	188.071	296.820	233.486
(+) Outras Receitas Operacionais	852.837	2.128.393	1.692.028
(-) Outras despesas operacionais	485.150		1.410
(=) Lucro Operacional	2.236.242	2.157.749	1.706.631
(+) Receitas não operacionais	3.809	292.401	18.035
(+) Alienações de bens	125	292.401	18.035
(+) Indenização de seguros recebidas	3.684	-	
(-) Outras despesas não operacionais (perdas)	27.602	-	
(-) Despesas Financeiras	1.632.478	1.312.331	1.277.991
(+) Receitas Financeiras	72.190	162.999	286.326
(+) Receitas com participações societárias	-	-	
(=) LAIR	652.161	1.300.818	733.000
(-) Provisão IRPJ/CSLL	145.350	290.299	174.734
(=) Lucro líquido	506.811	1.010.519	558.266